

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Janine Farias Menegaes

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS DE
AJARDINAMENTO EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL EM
COMUNIDADES RURAIS**

SANTA MARIA, RS, BRASIL
2020

Janine Farias Menegaes

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM
ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

Orientador: Toshio Nishijima

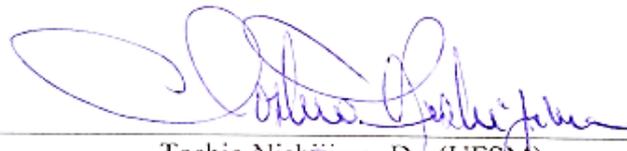
SANTA MARIA, RS, BRASIL
2020

Janine Farias Menegaes

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM
ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

Aprovado em 22 de junho de 2020:



Toshio Nishijima, Dr. (UFSM)
Orientador/Presidente



Fernanda Alice Antonello Londero Baekes, Dra. (UFSM)



Cláudia Cisiane Benetti, Dra. (UFSM)

SANTA MARIA, RS, BRASIL
2020

Três palavras a serem lembradas constantemente:

... Paradoxo: a vida é um mistério. Não perca tempo tentando entendê-la;

... Humor: tenha senso de humor, especialmente, sobre si. É a força por trás de toda atitude;

... Mudança: nada, absolutamente, nada permanece o mesmo.

Dan Millman

AGRADECIMENTOS

Para viabilizar este trabalho algumas pessoas e organizações, foram de fundamental importância, aos quais singelamente agradeço:

Aos colaboradores da Prefeitura Municipal e da EMATER/RS-ASCAR Regional Faxinal do Soturno, RS, em nome de Paulo Ricardo Marzari, Leonardo Basso Brondani e Bruna Mezzomo Neubauer;

A todas pessoas que se disponibilizaram em assistir e participar das Oficinas de Paisagismo e Jardinagem em que ministrei, bem como aqueles que nos receberam em suas residências para a execução deste trabalho, onde pude a cada palavra e gesto amigo florir seus dias, mesmo que por um pequeno momento;

A professora Ana Maria Thielen Merck por integrar minha banca e pelo seu incentivo no transcorrer do curso;

A professora Cláudia Cisiane Benetti que me instigou a pensar fora da minha área de conhecimento base, tendo um olhar diferenciado sobre o meu trabalho;

A professora Fernanda Alice Antonello Londero Backes que sempre me incentivou a trabalhar no tripé ensino-pesquisa-extensão e, acreditou na minha capacidade;

Ao professor Toshio Nishijima, meu orientador, que possibilitou a execução deste trabalho acreditando na minha competência e em tudo que acredito;

Aos meus pais João Pedro Menegaes e Nelcinda Farias Menegaes que sempre me incentivaram a realizar meus sonhos, independentemente, do seu tamanho. Bem como, aos meus familiares, colegas, amigos e demais professores, impossível citá-los nominalmente, grata pelo companheirismo e amizade em todas as horas e, pelo incentivo direto e indireto;

Por fim, agradeço verdadeiramente a esta força divina, *Deus*, que me permite acordar, cultivar flores, dar aula e seguir em frente diariamente.

A todos meus sinceros agradecimentos e votos de felicidades.

RESUMO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS

AUTORA: Janine Farias Menegaes

ORIENTADOR: Toshio Nishijima

A Educação Ambiental aliada às técnicas de paisagismo tem sido utilizada para melhorar a estética e a funcionalidade de ambientes externos a fim de proporcionar inúmeros benefícios à sociedade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários destes espaços. As técnicas de paisagismo e jardinagem utilizadas para a remodelação e ou revitalização da paisagem são fundamentais para tornar o ambiente prazeroso e propício ao convívio das pessoas. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi propor práticas de paisagismo e jardinagem sensibilizadoras da consciência ambiental em comunidades rurais. O projeto foi desenvolvido, no período de setembro a novembro de 2019, em comunidades rurais do município de Faxinal do Soturno, RS em parceria a Prefeitura e a EMATER/RS-ASCAR Regional, deste município. O presente trabalho foi realizado utilizando duas metodologias que compuseram dois capítulos: a oficina temática e as visitas técnicas. O capítulo I teve como objetivo desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental por meio de práticas de paisagismo e ajardinamento de espaços de convívio social de comunidades rurais. Valorizando a cultura e a preservação da vegetação destes espaços, através de oficinas temáticas intitulada Oficina de Paisagismo e Jardinagem. As oficinas ocorreram em dois momentos durante o dia, o período da manhã foi destinado à parte teórica e o período da tarde, à parte prática. Observou-se que os participantes das oficinas se identificaram com a forma e a temática abordada, tendo participação ativa em todas as etapas das mesmas. O capítulo II teve como objetivo valorizar os espaços de convívio domésticos em comunidades rurais por meio de percepções paisagísticas atreladas a Educação Ambiental, através de visitas técnicas. As visitas técnicas ocorreram aos agricultores que demonstraram interesse em obter uma renda alternativa com uso das técnicas abordadas nas oficinas anteriores. Verificou-se que, apesar de cada agricultor ter ambições diferentes para suas propriedades, todos vincularam a forma de obtenção de renda extra às atividades e práticas de paisagismo e jardinagem. Concluiu-se que as metodologias interdisciplinares de Educação Ambiental utilizadas neste trabalho foram bem recebidas pelos participantes das oficinas e pelos agricultores visitados, validando ambas as metodologias, oficina temática e visitas técnicas, como instrumento perceptivo e sensibilizador da consciência ambiental.

Palavras-chave: Educação Interdisciplinar. Paisagismo. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL EDUCATION BY GARDENING PRACTICES IN SOCIAL LIVING AREAS IN RURAL COMMUNITIES

AUTHOR: Janine Farias Menegaes

ADVISOR: Toshio Nishijima

Environmental Education combined with landscaping techniques has been used to improve the aesthetics and functionality of outdoor environments in order to provide countless benefits to society and contribute to improving the quality of life for users of these spaces. The landscaping and gardening techniques used for the remodeling and / or revitalization of the landscape are fundamental to make the environment pleasant and conducive to the conviviality of people. In this context, the objective of this work was to propose landscaping and gardening practices that raise awareness of environmental awareness in rural communities. The project was developed, from September to November 2019, in rural communities in the municipality of Faxinal do Soturno, RS in partnership with the Municipality and EMATER/RS-ASCAR Regional, in this municipality. The present work was carried out using two methodologies that composed two chapters: the thematic workshop and the technical visits. Chapter I aimed to develop actions related to Environmental Education through landscaping practices and the landscaping of social spaces in rural communities. Valuing the culture and preservation of the vegetation of these spaces, through thematic workshops entitled Oficina de Paisagismo e Jardicultura. The workshops took place at two times during the day, the morning period was devoted to the theoretical part and the afternoon period, to the practical part. It was observed that the participants of the workshops identified themselves with the form and theme addressed, having an active participation in all stages of the same. Chapter II aimed to enhance domestic living spaces in rural communities through landscape perceptions linked to Environmental Education, through technical visits. Technical visits were made to farmers who showed an interest in obtaining an alternative income using the techniques discussed in previous workshops. It was found that, although each farmer had different ambitions for their properties, all linked the way of obtaining extra income to the activities and practices of landscaping and gardening. It was concluded that the interdisciplinary Environmental Education methodologies used in this work were well received by the workshop participants and by the farmers visited, validating both methodologies, thematic workshop and technical visits, as a perceptive and sensitizing tool for environmental awareness.

Keywords: Interdisciplinary Education. Landscaping. Quality of life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	16
Figura 2.2 – Percepções das mudanças de um ambiente “natural para antrópico” em 50 anos.	18
Figura 2.3 – Observador. a: vários lances de vistas diferentes em um ponto único; b: observador em diferentes pontos de vista em um único cenário.....	21
Figura 2.4 – Benefícios do paisagismo para o convívio social.	24
Figura 2.5 – Aplicação das cores - a: disco cromático, b: cores complementares, c: cores análogas, d: temperatura das cores, e: jardim em pintura e f: jardim paisagístico.	26
Figura 3.1 – Localização do município de Faxinal do Soturno, RS.....	37
Figura 3.2 – Espaço de convívio social Ponto de Informações Turísticas e Casa do Artesão Municipal de Faxinal do Soturno, RS. A: reconhecimento do espaço; B: técnicas de propagação; C: implantação das espécies, D: canteiro pronto; E: ajardinamento finalizando; F: participantes, técnicos da Prefeitura Municipal e da EMATER/RS-ASCAR Regional.....	41
Figura 3.3 – Espaço de convívio social Rótula do estacionamento do Escritório da EMATER e Secretária de Agricultura Municipal de Faxinal do Soturno, RS. A: reconhecimento do espaço; B: implantação das espécies, C: irrigação da rótula; D: ajardinamento finalizando; E: ajardinamento após um mês da implantação; F: participantes, técnicos da Prefeitura Municipal e da EMATER/RS-ASCAR Regional.	41
Figura 3.4 – Histograma referentes a informações sociais dos participantes das oficinas teórico-prática. a: número de participantes, sexo, tempo de residência e números de habitantes por residência; b: idade e escolaridade; c: produtores rurais e frequência na comunidade.....	43
Figura 3.5 – Histograma referentes a informações ambientais dos participantes das oficinas teórico-prática. a: horta, jardim, aquisição e importância da vegetação; b: benefícios da vegetação; c: cuidados com água, solo, lixo e conservação do meio ambiente; d: cuidados em comunidade e oficinas.	45
Figura 4.1 – Localização do município de Faxinal do Soturno, RS.....	55
Figura 4.2 – Visitas realizadas à algumas agricultoras em diferentes comunidades rurais no Município de Faxinal do Soturno, RS. A: Adriana Peripolli da comunidade Salto Alto; B: Cleonice Brezolin e esposo da comunidade São João dos Mellos; C: Suzana Meneghetti da comunidade São João dos Mellos; D: Adelaide e Lorena Casarin da comunidade São João dos Mellos; E: Claudete de Souza comunidade Novo Treviso; F: Deroci Correa e Salete Meneghetti da comunidade Santos Anjos.	57
Figura 4.3 – Cenários das propriedades rurais visitas em diferentes comunidades rurais no município de Faxinal do Soturno, RS.	58
Figura 4.4 – Benefícios do paisagismo para o convívio social.	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Plantas utilizadas em cada oficina realizada.....	38
Tabela 4.1 – Visitas realizadas aos agricultores em diferentes comunidades rurais no Município de Faxinal do Soturno, RS.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Questionário aplicado nas Oficinas de Paisagismo e Jardinagem.....	39
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES

FAO – Food and Agriculture Organization (sigla em inglês)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (sigla em inglês)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	11
REFERÊNCIAS	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA PAISAGEM	17
2.3 AJARDINAMENTO DE AMBIENTE PARA CONVIVÊNCIA SOCIAL	20
2.3.1 Uso de cores para organização do ajardinamento dos espaços de convívio.....	25
2.4 INSTRUMENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
REFERÊNCIAS	28
3 CAPÍTULO I - PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	34
3.1 INTRODUÇÃO.....	35
3.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	36
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
3.4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE 3.A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	51
APÊNDICE 3.B - LISTA DE PRESENÇA PARA PARTICIPAÇÃO DA OFICINA DE PAISAGISMO E JARDINAGEM	51
4 CAPÍTULO II - PERCEPÇÕES PAISAGÍSTICAS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	52
4.1 INTRODUÇÃO.....	53
4.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	54
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.4 CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS	61
5 CONSIDERAÇÕES GERAIS	64

1 INTRODUÇÃO GERAL

A Educação Ambiental (EA) é múltipla e interdisciplinar, que atribui valores associados à sustentação da vida através dos ecossistemas naturais para fins recreativos, culturais, estéticos, espirituais e simbólicos da sociedade humana. Neste sentido, a valoração da vida reflete na importância em que os seres humanos atribuem aos componentes do ambiente e suas interações, incluindo a sua percepção (CAMPHORA; MAYA, 2006; MENEGAES et al., 2014).

A Educação Ambiental aliada às técnicas de paisagismo e jardinagem tem sido utilizada para melhorar a estética de ambientes e proporcionar inúmeros benefícios à sociedade, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos usuários destes espaços. As técnicas de paisagismo e jardinagem utilizadas para a remodelação e ou revitalização da paisagem são fundamentais para tornar o ambiente prazeroso e propício ao convívio das pessoas.

A importância do paisagismo como ferramenta para a promoção do conforto das pessoas que frequentam espaços de convivência social necessita ser divulgada no mais diversos locais, por exemplo, em comunidades rurais. Assim, o “embelezamento” do ambiente e a reordenação da paisagem local, buscam restaurar os espaços de convívio social e comunitário, adequando os recursos naturais às questões inseridas no cotidiano, a fim de formar recursos humanos engajados com as causas ambientais e com as repercussões do meio sobre sua saúde (BACKES, 2012; PETRY, 2014; MENEGAES et al., 2016).

A Educação Ambiental também está conectada a paisagem e o meio a qual as pessoas estão inseridas. De acordo, com Segawa (1996) a consciência humana diante de um ambiente torna-se um produto do potencial imaginativo e criativo, em que a contemplação visual é formulada através de significados e novas imagens. No meio rural, o paisagismo não está limitado ao aspecto estético da paisagem ou ao “embelezamento” da paisagem, mas, também, às práticas preservacionistas, indispensáveis à manutenção dos elos essenciais ao equilíbrio do ecossistema nas áreas de sua implantação (ANGELIS, 2007; PETRY, 2014; MENEGAES et al., 2016).

As práticas de paisagismo e jardinagem nas comunidades rurais visam ornamentar e melhorar os espaços de convivência social, resgatando valores culturais e ideológicos, através de uma reflexão sobre a importância da Educação Ambiental na interação de seu ecossistema. Jacobi (2005) aponta que as práticas ambientais são desafios de cunho transformador social e

político que envolve um conjunto de atores dos universos do saber popular ao científico, numa perspectiva interdisciplinar.

Em diversos núcleos educacionais, por exemplo, comunidades rurais, em muitos casos, o que se observa é a implantação da vegetação sem o conhecimento de características importantes das espécies, tais como, porte, estrutura da copa, textura da folhagem, presença de plantas tóxicas, entre outros. Em muitos casos, o uso inadequado da vegetação contribui para um ambiente desagradável, desorganizado, sem funcionalidade e segurança, além de pouco inclusivo a comunidade.

A área educacional tem ensinado que a aprendizagem significa mudanças de comportamento, ou seja, significa dizer que o sujeito só aprende quando se percebe modificado. Em que as relações sociais do passado e do presente são representadas por uma estrutura social que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (RAYS, 2002; BRANCO, 2003). Ao vivermos em sociedade, como indivíduos, mantemos uma relação de independência para com o ambiente que nos envolve e uma relação de autonomia quanto às estruturas sociais nas quais nos envolvemos (LEFF, 2008; SCARDUA, 2010).

As técnicas de paisagismo e ajardinamento proporcionam aos usuários um espaço agradável e convidativo, favorecendo o interesse nas atividades comunitárias e em ambientes de convivência. Dessa forma, a execução deste trabalho nas comunidades rurais torna-se importante visto que o estudo e a análise destes ambientes, bem como a aplicação corretas destas técnicas permitirão remodelar os espaços por ora desagradáveis ou pouco atrativos, bem como, estimular a consciência ambiental nas comunidades do meio rural para a preservação desses espaços de interesse e de convívio.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi propor práticas de paisagismo e jardinagem sensibilizadoras da consciência ambiental em comunidades rurais. Portanto, para atender este objetivo, durante o período do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Ambiental, UFSM, entre os anos 2019-2020, foram desenvolvidas ações com intuito de desenvolver a Educação Ambiental por meio de técnicas e práticas de ajardinamento em espaços de convívio social, conforme previsto no Projeto de Monografia, as quais serão apresentadas neste trabalho em dois capítulos em sequência da revisão bibliográfica.

REFERÊNCIAS

ANGELIS, B. L. D. **Material didático de Floricultura e Paisagismo**, Departamento de Agronomia da Universidade de Viçosa. Viçosa. 2007.

BACKES, M. A. T. **Paisagismo para celebrar a vida – jardins como cura da paisagem e das pessoas**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012. 163p.

BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 80p.

CAMPHORA, A. L.; MAYA, P. H. Valoração ambiental como ferramenta de gestão em unidades de conservação: há convergência de valores para o bioma Mata Atlântica? **Revista Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.2, n.1-2, p.24-38, 2006.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 6. ed., 2008, 495p.

MENEGAES, J. F.; BACKES, F. A. A. L.; BALDONI, M. B.; ZAGO, A. P.; BERNARDINI, C. Ajudamento de espaços de convivência social através de técnicas de paisagismo com mulheres agricultoras do município de Agudo, RS. II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina. In: **Anais eletrônicos...** 2014. Santa Maria.

MENEGAES, J. F.; BACKES, F. A. A. L.; ROCHA, K. M.; BALZAN, K. M. Práticas de paisagismo em espaços de convivência social em comunidades rurais e em centro de educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais (REMOA)**, Santa Maria, v.15, n.1, p.381-392, 2016.

PETRY, C. **Paisagens e paisagismo: do apreciar ao fazer e usufruir**. Passo Fundo: UPF, 2014. 125p.

RAYS, O. A. O conceito de aula: um dos saberes necessários à práxis pedagógica. In: RAYS, O.A. (Org.). **Educação: ensaios reflexivos**. Santa Maria: Pallotti, 2002. p.84-104.

SCARDUA, V. M. Educação infantil, educação ambiental e educação em valores: uma proposta de desenvolvimento moral da criança em relação às questões ambientais. **Revista FACEVV - Faculdade Cenecista de Vila Velha**, Vila Velha, v.1, n.4; p.136-148; 2010.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996. 256p.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O objetivo da Educação Ambiental é sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação e conservação do ambiente, em que estão inseridos, atuando de forma global em todas as esferas sociais, incluindo a política, econômica, religiosa e cultural. Conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), diz no artigo

225º - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e futuras gerações.

Bem como, a Lei nº. 9.795 (1999) que dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e outras providências (BRASIL, 1999), nos artigos:

1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Desta forma, entende-se que a educação é uma prática social, materializada numa atuação efetiva na formação e desenvolvimento de seres humanos, em condições socioculturais e institucionais concretas, visando mudanças qualitativas na aprendizagem e na personalidade dos indivíduos. Dentro desta perspectiva, espera-se que os sujeitos do processo adquiriram valores e atitudes necessários para lidar com as situações-problemas e encontrar soluções sustentáveis, além de compreender que meio ambiente não é somente aquilo que o cerca, mas que *os próprios* fazem parte; como seres que integram e interagem (RAYS, 2002; GRÜN, 2006; LIBÂNEO, 2008).

Ressalta-se que, a definição dos termos sobre o que é sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ainda é muito complexo e está em construção, sem uma definição conceitual na literatura científica, no setor privado e nas políticas públicas (BARBOSA, 2008; LINDSEY, 2011; SARTORI et al., 2014; FEIL; SCHREIBER, 2017; CORRÊA; ASHLEY, 2018).

Entre os conceitos mais aceitos, o preconizado no relatório “Nosso futuro comum¹” certificado pela Organização das Nações Unidas (ONU; 1987), considera o “*desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*”. Ou seja, a sustentabilidade tem sentido amplo e inter, pluri, multi e transdisciplinar o qual é amparado por “três pilares”: o ecológico, o econômico e o social (BARBOSA, 2008; SOUZA; GHILARDI, 2017).

As ações na Agenda 21 (1992)² que trata do ambiente e do seu desenvolvimento, visou compartilhar princípios éticos e morais para a conservação do meio ambiente, por exemplo, a criação do Protocolo de Quioto (1997), preocupados com o combate do excesso de emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa. Também, foi considerado o combate à exploração de todos os tipos de florestas, a criação da Convenção sobre a Diversidade biológica, a criação da Convenção das Nações Unidas de luta contra a desertificação nos países onde há seca, principalmente na África, entre outros (MATIDA, 2016; CORRÊA; ASHLEY, 2018).

No ano de 2015, durante a reunião mundial da ONU, em Nova York, EUA, estabeleceu-se o relatório intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) divididos em 169 metas (Figura 2.1), que demonstram a escala e a ambição desta agenda universal, os quais devem ser implementados a nível mundial durante os próximos 15 anos, a partir desta data (ONU, 2015).

Esses objetivos visam consolidar os direitos humanos, inserindo igualdade de gênero e o empoderamento feminino, sendo todos integrados e indivisíveis, ao desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental com ajuda mútua da sociedade e dos poderes governamentais de diversas esferas locais, nacionais e planetárias. Todos esses objetivos têm como preceitos fundamentais valores, como de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum. Além disso, os princípios mundiais de dignidade humana, da igualdade e da equidade (ONU, 2015; GARCIA; GARCIA, 2016).

Entre os 17 ODS, destacam-se para o presente trabalho, os objetivos 3; 4; 5; 11; 12; 15; 16 e 17, os quais mencionam a importância da garantia de uma vida saudável e bem-estar

¹ Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland é o documento final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovido e organizado pela ONU (1987), na ocasião este relatório foi chefiado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

² Agenda 21, realizada na Rio 92, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

para toda as formas de sociedades atuando pacificamente, educação igualitária promovendo oportunidades de aprendizagem durante toda a vida, e inclusão, segurança e resiliência relacionadas ao desenvolvimento e consumo sustentável (ONU, 2015).

Figura 2.1 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Nações Unidas Brasil (2019).

Do mesmo modo, entre as correntes de fomento a Educação Ambiental, o presente trabalho enquadra-se na Corrente Holística detalhada por Sauvé (2005), como

A corrente holística não associa proposições necessariamente homogêneas, como é o caso das outras correntes. Algumas proposições, por exemplo, estão mais centradas em preocupações de tipo psicopedagógico (apontando para o desenvolvimento global da pessoa em relação ao seu meio ambiente); outras estão ancoradas numa verdadeira cosmologia (ou visão do mundo) em que todos os seres estão relacionados entre si, o que leva a um conhecimento “orgânico” do mundo e a um atuar participativo em e com o ambiente.

[...] se escutamos a linguagem das coisas, se aprendemos a trabalhar de maneira criativa em colaboração com as forças criativas do meio ambiente, podemos criar paisagens nas quais os elementos (naturais, adaptados, construídos) se desenvolvem e se harmonizam como num jardim.

Como preceito de uma visão global do meio, em que *holos* do grego significa inteiro ou todo, como ideia de sistema integrado, tem-se o pensamento do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) em que assegurava “*o todo é maior do que a simples soma das suas partes*”. Apesar do ensinamento, da sociedade atual, ser cartesiano e compartimentalizado, esta corrente aborda as interpelações do social-cultural-político-econômico com o meio ambiente.

Lima (2008) refere-se ao holístico (variação de holismo) como “*um o princípio que ordena a formação de “todo” universo, sendo o organismo humano parte desse modelo*”.

Assim, a Educação Ambiental pela Corrente Holística busca desenvolver concepções do meio ambiente (total, todo, o ser) de forma integrada ao conjunto de dimensões do próprio ambiente, por meio de um conhecimento “orgânico” do mundo e um atuar participativo com enfoques ao intuitivo e criativo (SAUVÉ, 2005).

2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA PAISAGEM

O surgimento da civilização caracteriza-se pela interferência consciente da paisagem física transformando-a em paisagem construída, capaz de estabelecer os conceitos éticos (religiosos e políticos), conceitos estéticos (forma, materiais, estilos) todos contidos na cultura de cada comunidade. Neste processo de interferência, para suprir as necessidades básicas, acredita-se que está no inconsciente humano o sentido do resgate da natureza. Despertando grande interesse da população e dos políticos que debatem a necessidade de entender *o verde* como um investimento e não como um custo (MACEDO; SAKATA, 2003; MARX; TABACOW, 2004).

As atividades educativas e políticas fornecerão elementos concretos para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Educar para a cidadania é uma prática política e cultural que permite dispor de argumentos que ajudem a continuar reivindicando melhorias no ambiente em que o indivíduo está inserido (vivenciando). É, a busca de um futuro melhor, acompanhado de reformas nos sistemas sociais para que as mudanças ocorram de maneira constante (RAYS, 2002; SOUZA, 2012).

A educação é uma prática social, materializada numa atuação efetiva na formação e desenvolvimento de seres humanos, em condições socioculturais e institucionais concretas, implicando práticas e procedimentos peculiares, visando mudanças qualitativas na aprendizagem (LIBÂNEO, 2008).

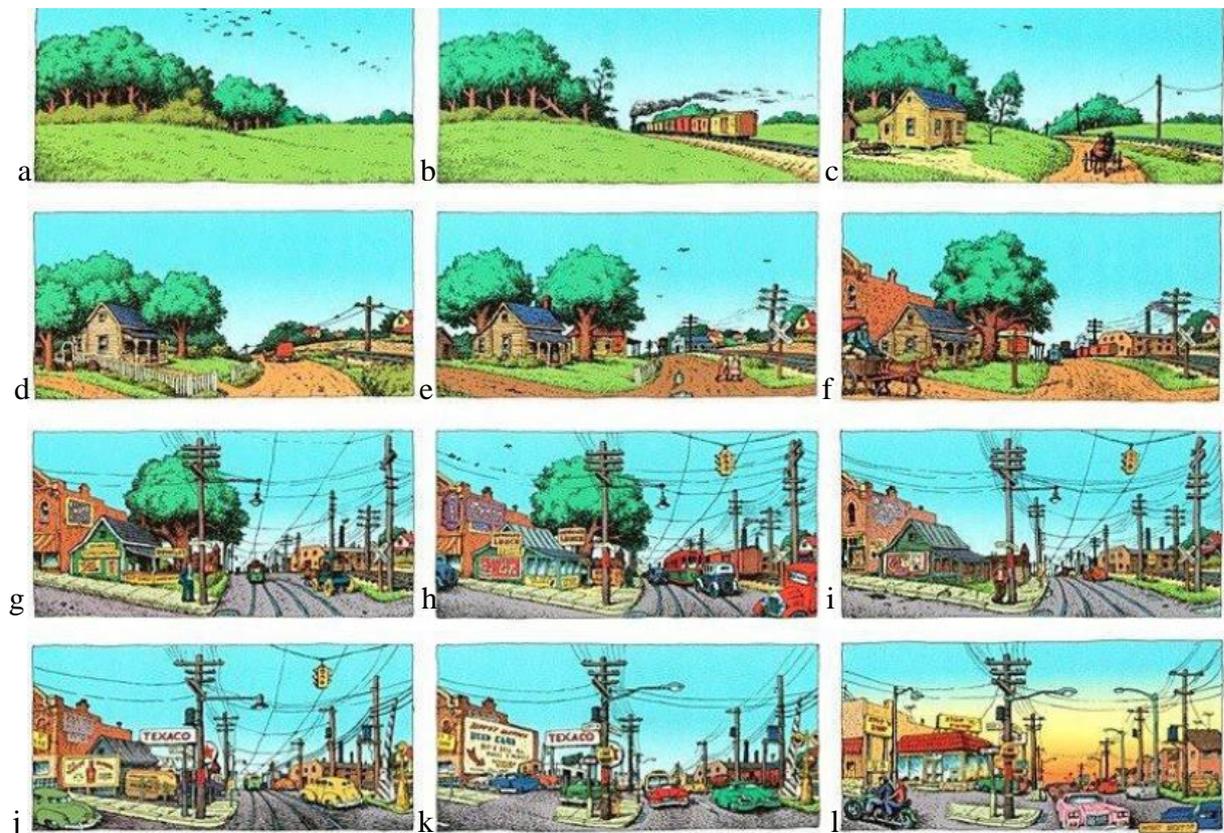
Valores sociais trazem consigo a conscientização de que se vive em sociedade e que a natureza é de todos, e que cada um influencia de alguma maneira o espaço em que vive, com pequenas mudanças de hábitos, muito pode ser feito pelo todo. O indivíduo no momento que começa a pensar no seu bem estar ao mesmo tempo já começa a colaborar para um mundo melhor, pois vai deixar de ter algumas atitudes que, às vezes podem contribuir e muito, para a melhoria socioambiental do seu meio (BRANCO, 2003; LOUREIRO, 2012).

A percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 2012).

Neste contexto, a qualidade ambiental refere-se ao padrão de satisfação do ambiente, envolvendo os aspectos naturais (meio físico e biológico) e antrópico (economia, cultura, relações sociais, entre outros). Este padrão atribuído ao meio ambiente que associa elementos importantes para a melhoria da qualidade de vida da população e do espaço a ser utilizado (LIMA, 2011).

Na Figura 2.2, observa-se o crescimento de uma região, o qual está diretamente relacionado com o desenvolvimento político, cultural e econômico de uma sociedade, que evolui e se adapta com as ânsias do tempo (cronológico), fazendo com que haja uma modificação no ambiente (paisagem ou cenário).

Figura 2.2 – Percepções das mudanças de um ambiente “natural para antrópico” em 50 anos.



Fonte: adaptado de "A Short History of America" charge de Robert Crumb (2009), mostrando as mudanças de paisagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbanizada e capitalista, para vídeo da música "The Big Yellow Taxi" de Joni Mitchell. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mRkq595NhD0&feature=related>>.

Como todo o elemento vinculado à sociedade, a paisagem (território) deve ser utilizada de forma consciente e responsável, a fim de se evitarem conflitos de interesses. A valorização e disseminação da natureza e os inúmeros benefícios em termos de conforto ambiental, qualidade espacial e até produção local de alimentos, também vão ao encontro das preocupações com o clima e o meio ambiente (ORTIGOZA, 2010; BACKES, 2018).

O aumento da população humana e o surgimento da industrialização em larga escala, intensificou o fluxo de pessoas do campo para as cidades, que por falta de um planejamento adequado cresceram desordenadamente. Esse crescimento desordenado vem alterando de forma significativa o ambiente desses locais, provocando, como uma de suas diversas consequências, mudanças nas características climáticas do meio, afetando a qualidade de vida de seus habitantes e distanciando os mesmos de uma relação harmoniosa com o ambiente natural (ORTIGOZA, 2010; FERRAZ; NUNES, 2013).

A paisagem, dentro de um campo de visão, é composta por um conjunto de elementos naturais e antrópicos próprio de um determinado lugar, o qual pode ser natural, urbano, rural, cultural ou modificada (Figura 2.2). A paisagem não é estática e está em constante transformação: conforme o interesse da sociedade no tempo, estilo cultural e econômico, tendo por princípio a retratação ou arquivamento de uma cena (cenário, lance de visada) (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001; PETRY, 2014).

Na Antiguidade, o ambiente fora do “controle humano” era olhado com desconfiança e entendido como elemento hostil, motivo pelo qual optaram pela construção de jardins fechados para o lazer, contemplação ou plantio de algumas espécies (MAXIMIANO, 2004; ABBUD, 2006).

No Egito, a IV Dinastia Egípcia (2500 a.C.) organizava seus jardins ornados em partes com água e varandas, que em conjunto com pavilhões e celeiros, formavam um complexo residencial rodeado por muros formando condomínios (LEITE, 1994).

Os povos mesopotâmicos evidenciam a paisagem de forma utilitária, por exemplo, no aproveitamento do regime de cheias dos rios, na observação do céu e estrelas, na construção de jardins ou na elaboração de leis e conhecimento agrícola (MAXIMIANO, 2004).

Contemporaneamente, a paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em escala macro ou de detalhe, e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe. Paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial, que depende diretamente da percepção dos sujeitos

inseridos neste ambiente – território no tempo (MAXIMIANO, 2004; ORTIGOZA, 2010; TUAN, 2012; PETRY, 2014).

A percepção é algo intrínseco, é pessoal, é *in loco* e ao mesmo tempo global, que envolve o ambiente como um todo. Principalmente, o ambiente de convívio, pois estamos agindo, interagindo e integrando, em um espaço (território, paisagem, local, cenário) e por um período de tempo (presente e cronológico), isso se chama vivência em sociedade. Esta sociedade é afetada, tanto positiva como negativamente, pelas escolhas relacionadas a religião, política, economia e cultura, sabendo que a sociedade espaço-temporal está em constante transformação de suas paisagens (cenários) de acordo com os interesses desta, por isso a percepção do ambiente, também, é mutável (ABBUD, 2006; BACKES, 2012; 2018).

2.3 AJARDINAMENTO DE AMBIENTE PARA CONVIVÊNCIA SOCIAL

A paisagem dentro de um contexto moderno passa a ser avaliada como uma interação de fatores envolvendo os valores ecológicos, funcionais e socioambientais com a qualidade de vida. Assim, o ajardinamento de diferentes espaços de ocupação urbana contribui para a percepção de melhoria no ambiente e na paisagem, influenciando o comportamento individual ou em grupo (Figura 2.3).

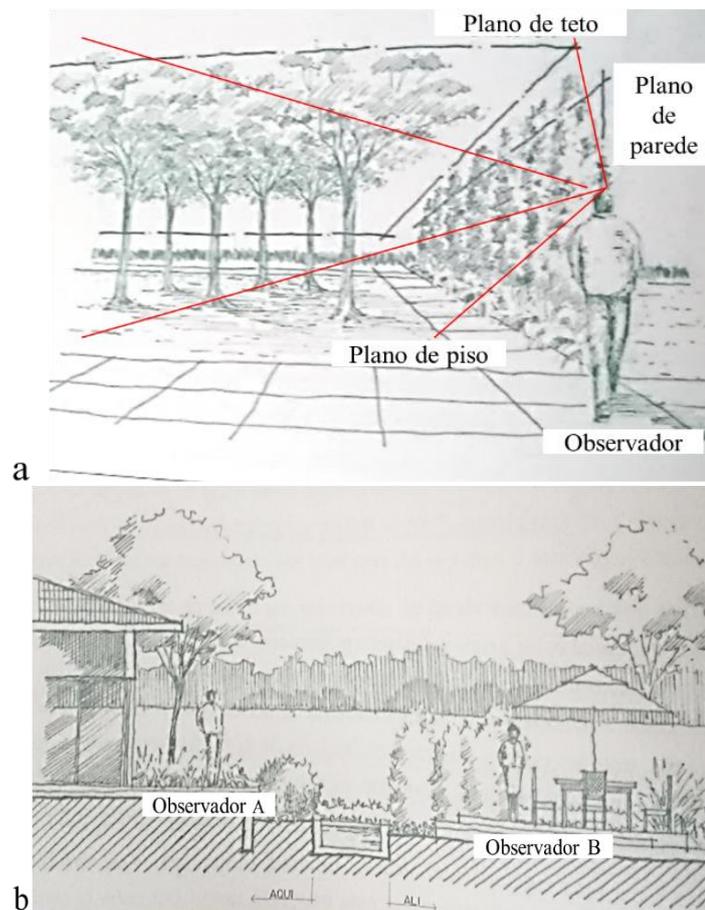
A Convenção Europeia da Paisagem, estabelecida na carta de Florença em 2000, define “*paisagem como uma parte do território tal qual é percebida pelas populações, cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações*” (CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE, 2000). Ela designa ainda a política da paisagem, o objetivo de qualidade paisagística e a proteção, gestão e manejo das paisagens europeias. Esse avanço legal na gestão das paisagens é considerado como complemento de instrumentos jurídicos internacionais nas convenções:

- Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO; sigla em inglês de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, em Paris (1972);
- Convenções do Conselho Europeu sobre a conservação da vida selvagem e do meio natural, em Berna (1979); a salvaguarda do patrimônio arquitetural, em Granada (1985); a proteção do patrimônio arqueológico, em La Vallette (1992) e a estratégia pan-europeia da diversidade biológica e paisagística, em Sofia (1995) (CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE, 2000; PETRY, 2014).

Em outras palavras, na Europa, paisagem é patrimônio, é tema interdisciplinar por excelência e é protegida por lei internacional. A concepção do paisagismo é ampla e pode ser

resumida pela construção do espaço livre, seja ele urbano ou rural, ao paisagista cabe definir tal espaço visando o bem estar do grupo ou dos seus usuários diretos. Deste modo, o paisagismo, proporciona a toda comunidade usá-lo ampla e irrestritamente seus benefícios, assim socializando o ambiente de convívio, quer seja em uma praça pública ou em um clube privado (MONTEIRO; MENDONÇA, 2004; MENEGAES et al., 2014).

Figura 2.3 – Observador. a: vários lances de vistas diferentes em um ponto único; b: observador em diferentes pontos de vista em um único cenário.



Fotos: adaptado de Abbud (2006).

O paisagismo por atividade científica é, muitas vezes, multidisciplinar, tendo como objetivo adequar os espaços exteriores às necessidades do homem e proteger os recursos naturais. O diagnóstico das características estéticas da paisagem engloba a textura dos materiais e suas nuances, as formas que se repetem nos enquadramentos visuais quanto à transparência, as visões abertas e fechadas, além dos odores e das sonoridades associadas, entre outros (CABANEL, 2000; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018).

A paisagem tem seu valor cultural e afetivo percebido, principalmente, através de entrevistas junto aos moradores do local onde ela se encontra. Assim, a identificação e

caracterização das paisagens, quer seja pelas unidades paisagísticas, localização de sítios ou mesmo de representações iconográficas da paisagem, permitem a percepção global do usuário como agente integrante deste local (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001).

Para o desenvolver de um movimento social, além das ideias, é preciso que os indivíduos tenham força para introduzir e implantar seus pensamentos em sociedade, agregando aspectos ideológicos, culturais e psicológicos (LOMBARDI et al., 2012). A organização de mulheres agricultoras em grupos, por exemplo, torna-se uma maneira de se valorizar enquanto mulheres, observando a necessidade de se posicionarem criticamente diante da realidade em que vivem. Assim, passam a perceber a necessidade de se organizarem em grupo para conquistarem seus direitos, através de uma reflexão de ideias e compartilhando suas experiências (FREITAS, 2011; MENEGAES et al., 2014; 2016).

Conforme relatado pelos autores, as mulheres agricultoras estão fortemente inseridas em todo o processo da produção agrícola, contudo, muitas destas mulheres organizam-se em grupos visando contribuir para a preservação dos valores familiares e da cultura regional. Reunindo-se semanalmente ou mensalmente para deliberar atividades e eventos, que visam o desenvolvimento e manutenção da comunidade ou até mesmo para resgatar a identidade do local. Sendo o conhecimento popular é influenciado pelo repertório cultural de cada comunidade, uma vez que, a população em geral, desenvolve à sua maneira diferentes formas de explorar as heterogeneidades dos ambientes adaptando-se para sua sobrevivência (PINTO; AMOROZO; FURLAN, 2006). O reconhecimento que, para muitos, “a planta é simplesmente mato”, o paisagista Burle Marx citado por Motta (1983) insistia em seus projetos, em criar as mediações indispensáveis para que a totalidade da população pudesse aprofundar seus conhecimentos da flora com a participação na paisagem.

O estudo da nomenclatura vulgar das plantas pode conduzir ao conhecimento das relações efetivas entre determinada tradição científica e a visão popular, a tradição oral, cotidiana, da paisagem e do espaço de convivência social. A cultura é um estilo de vida global de um povo, um conjunto de orientações padronizadas para resolver problemas recorrentes, e também, são as técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo quanto as relações entre homens (MOTTA, 1983; GEERTZ, 1989).

As manifestações artísticas e culturais de um povo são expressas nas ideias e ideais do projetista que ao projetar uma praça ou um jardim o faz, expondo de forma clara e concisa os modismos e atualidades de uma época e de um povo. Os valores também são expressos nos traços culturais contidos nesses espaços públicos, que foram se alterando nos anos e no tempo. Muitos dos valores resistiram, outros modificaram e outros até se perderam, o espaço é

hoje um sistema de objeto cada vez mais artificial, e cada vez mais tendente a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 1997; YOKOO; CHIES, 2009).

Os espaços livres ou abertos podem ser planejados para se tornarem uma área verde quando a vegetação se apresenta em significativas extensões e a diversificação vegetal na paisagem como um fenômeno que não é uma moda passageira. Mas um raciocínio lógico sobre o meio ambiente, que leva em conta dados científicos e técnicos permitindo realizar o plantio e manutenção mais adequados (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001; PAIVA; GONÇALVES, 2002). Ainda para os autores, diversificar determina economias ambientais no consumo d'água, de adubos e agrotóxicos, além de racionalizar a eliminação de dejetos, aumenta a biodiversidade animal e participa efetivamente na restauração do equilíbrio natural. O sucesso na escolha é observado nas espécies vegetais que não apresentam patologias particulares e que demonstram não necessitar de intervenções repetitivas.

Na atualidade, o jardim ampliou suas funções e tornou-se muito mais que um lugar de contemplação como os antigos quintais. O jardim passou a ser utilizado para encontros prazerosos entre amigos e familiares, além de ambiente para a leitura, meditação e relaxamento (ABBUD, 2006; SOARES JÚNIOR et al., 2009; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018). Em concordância com os autores supracitados, o jardim também oferece sensações como o perfume das flores, o canto dos pássaros, o frescor da brisa e até o simples ato de saborear as frutas diretamente do pé.

O ajardinamento de áreas verdes é uma percepção de melhoria no ambiente e na paisagem, que pode influenciar o comportamento individual ou de um grupo (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001). O paisagismo rural não está limitado ao embelezamento estético da paisagem, mas também às práticas preservacionistas, indispensáveis à manutenção dos elos essenciais ao equilíbrio do ecossistema nas áreas de sua implantação. Desta maneira, a preservação dos bens culturais de um determinado local têm como objetivo principal promover a identidade dos habitantes daquela região e as modificações ocorridas em um ambiente podem ser responsáveis pela perda da identificação do indivíduo com o local em que vive (ANGELIS, 2007; CERETTA; MELLO; SANTOS, 2016).

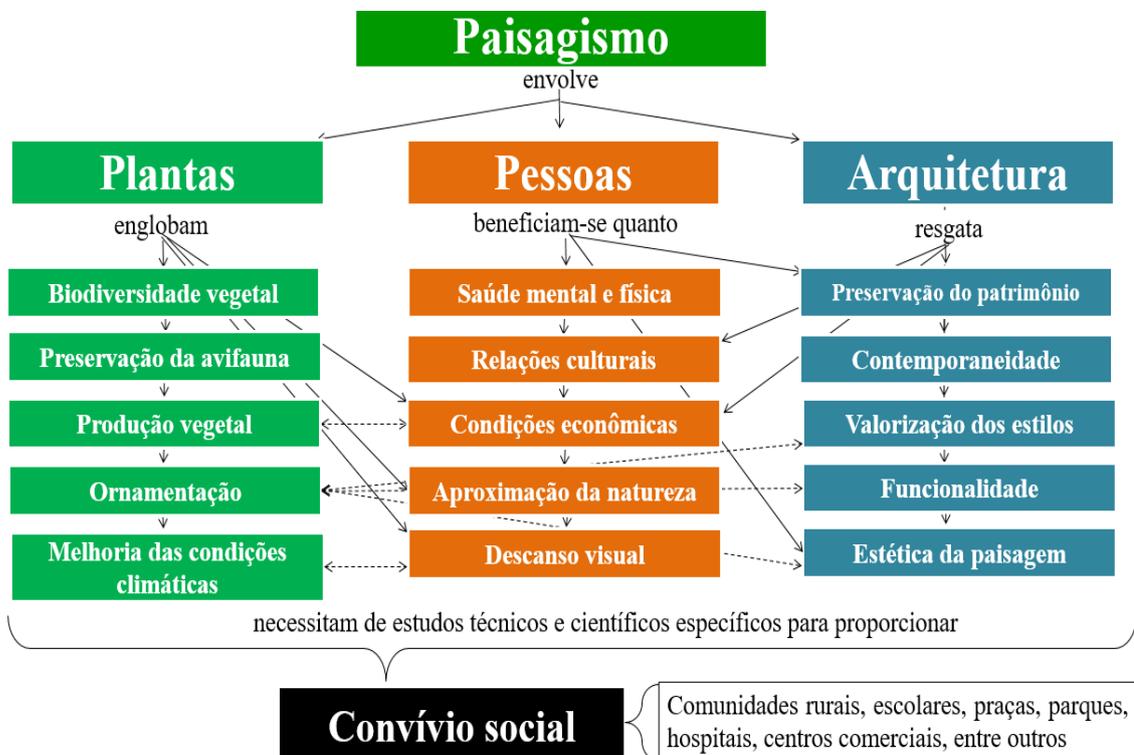
Um espaço com paisagismo harmônico com o seu entorno, ao mesmo tempo em que se espelha na cultura, deve constituir-se de elementos de valorização tornando-se apto para convivência e contemplação de seus usuários. A implantação da vegetação deve atingir os objetivos de ornamentação, proporcionando melhoria no microclima e diminuição da poluição, sendo essa fundamentada em critérios técnico-científicos que viabilizam tais funções (CAVALCANTI et al., 2003; ALENCAR; CARDOSO, 2015).

O paisagismo proporciona a comunidade usá-lo ampla e irrestritamente seus benefícios, socializando o ambiente de convívio, quer seja um espaço público ou privado. Este se caracteriza como uma atividade que visa a interação do homem, da natureza com a construção civil (espaços), onde o diagnóstico das características estéticas da paisagem torna-se o ponto de partida para a seleção das plantas a serem utilizadas nestes espaços, respeitando os saberes e valores culturais e afetivos desta comunidade (NIEMEYER, 2005; ALENCAR; CARDOSO, 2015).

A base do paisagismo está na compreensão da paisagem natural. [...] Em que as plantas de uma determinada paisagem são resultantes da combinação de sua geologia, relevo, clima e história biológica num determinado espaço e tempo (BACKES, 2012, 23p.), ou seja, a paisagem é dinâmica.

Assim, o paisagismo (Figura 2.4) como ciência oportuniza projetar uma nova paisagem de acordo com o contexto da área e da cultura local, proporcionando aos seus usuários e/ou contempladores um ambiente agradável e estético (SOARES JÚNIOR et al., 2009; MENEGAES et al., 2014; 2016).

Figura 2.4 – Benefícios do paisagismo para o convívio social.



Fonte: Menegaes et al. (2016).

2.3.1 Uso de cores para organização do ajardinamento dos espaços de convívio

A Educação Ambiental, a partir de 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), vem sendo discutida a nível mundial com grande preocupação sobre a sustentabilidade ambiental e humana, em que busca-se a conscientização sobre essa temática via educação, nos seus três eixos primários ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, a pesquisa em Educação Ambiental torna-se importante por envolver tudo que se relaciona ao ambiente nas suas mais distantes ciências, por exemplo, rurais, médicas, sociais e humanas, entre outras. Obter uma abordagem interdisciplinar e complexa, em virtude da amplitude social, política, econômica e cultural com impactos no local em que é realizada, bem como, refletindo a nível nacional e global (GIL, 2005; INEA, 2014).

O paisagismo como ferramenta multidisciplinar engloba a ciência e a arte de forma indissociável, quando ordenado de forma harmônica resulta em uma paisagem aprazível. Como ciência o paisagismo lança mão do ecletismo que envolve as distintas áreas do conhecimento como: botânica, biologia e ecofisiologia vegetal, fitotecnia, matemática, física, engenharias de água, solo e edificações, agroclimatologia, fitogeografia, entre outros. Enquanto, arte mescla a plasticidade das plantas à sua estética, pela diversidade de formas, estruturas, cores, texturas, entre outras, atribuindo valor artístico ao ambiente (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001; PETRY, 2014; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018), englobando, também, diferentes formas e maneiras de conservação e preservação ambiental (educação).

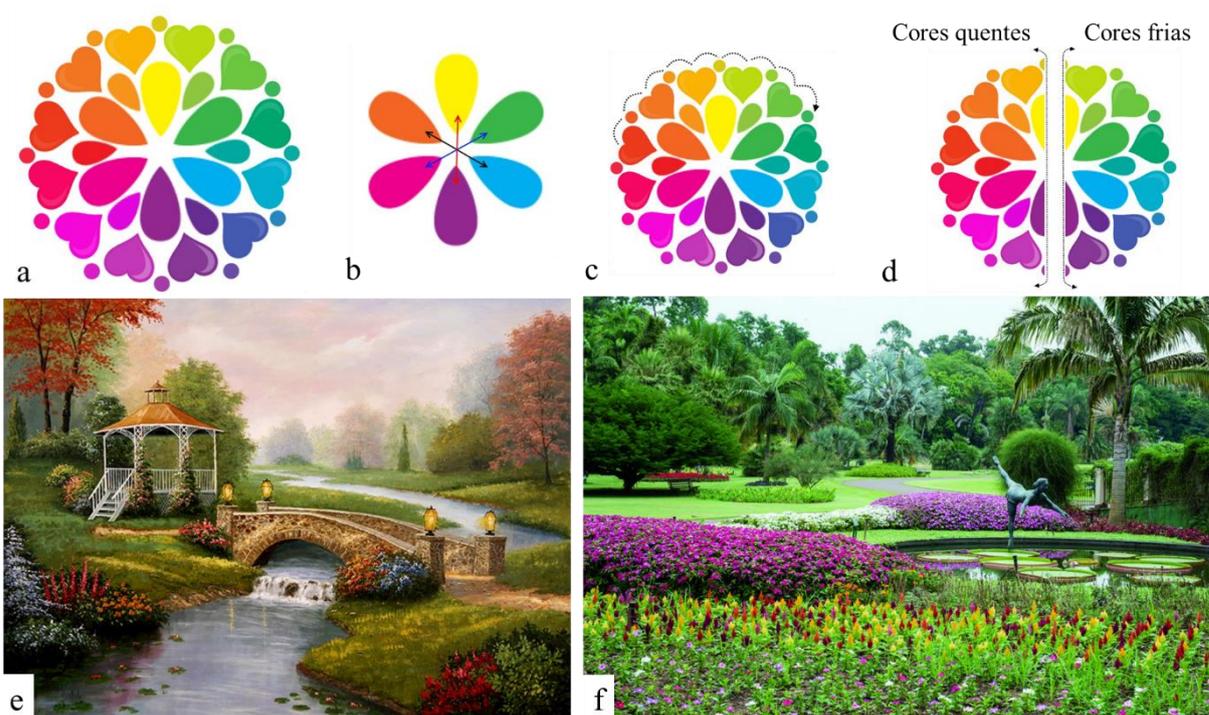
O uso e o cultivo de plantas com finalidade ornamental ocorrem desde as primeiras civilizações, pois estas perceberam características peculiares e estéticas as quais apreciavam (HEIDEN et al., 2006). Inicialmente, o uso de plantas ornamentais foi organizado na forma de horto ou jardins utilitários (plantas comestíveis, condimentares, medicinal, pomares) fazendo menção ao “paraíso na Terra” (ALVES; PAIVA, 2008; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018). Sendo, neste caso o paisagismo responsável pela promoção de conforto e convívio social, resultante da interação das plantas-pessoas-espacos em um espaço funcional. E, tendo a necessidade de se realizar estudos técnicos e científicos específicos para proporcionar conforto e convívio em diferentes espaços sociais e áreas verdes (LIRA FILHO; PAIVA; GONÇALVES, 2001; MENEGAES et al., 2016).

Entre as técnicas de paisagismo, o uso de cores facilita o usuário tanto na demarcação de espaços como na sua contemplação, favorecendo e aguçando diferentes sentimentos,

sensações e até mesmo fazendo um resgate a memórias de outrora (Figura 2.5). As cores fazem parte da vida humana como forma de expressão pessoal e estéticas, por exemplo, nos ditos populares: “*estou verde de fome, ele está roxo de frio e fiquei branca de susto*” (FREITAS, 2007).

A cor é, sem dúvida alguma, a mais importante ferramenta que a capacidade de transmitir instantaneamente a atmosfera e o estilo e de criar efeitos visuais. Também, é um dos primeiros aspectos percebidos em um ambiente. As pessoas podem não mencionar o esquema cromático de um projeto, mas certamente, comentarão que um determinado ambiente é muito acolhedor, cálido, convidativo, limpo, espaçoso, elegante ou intimista – impressões diretamente provocadas pelas tonalidades de cor utilizadas (GIBBS, 2014).

Figura 2.5 – Aplicação das cores - a: disco cromático, b: cores complementares, c: cores análogas, d: temperatura das cores, e: jardim em pintura e f: jardim paisagístico.



Fonte: a, b, c, d - adaptado de Martini (2011); e - Pinterest.com; f - Nogueira, A. (2018).

2.4 INSTRUMENTAÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Devido à grande abrangência do que é e como se realiza a pesquisa em Educação Ambiental, a escolha da metodologia implica na forma de condução dos trabalhos *a posteriori*. Para Sauvé (2005), a metodologia utilizada na Educa o Ambiental depende do entendimento de cada autor, sendo eles

... pesquisadores, professores, pedagogos, animadores, associações, organismos, entre outros, os quais adotam diferentes discursos sobre a Educação Ambiental e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo. Cada um predica sua própria visão e viu-se, inclusive, formarem-se “igrejinhas” pedagógicas que propõem a maneira “correta” de educar, “o melhor” programa, o método “adequado” (p.1).

De acordo com Chaer, Diniz e Ribeiro (2011), há duas formas de pesquisa - a quantitativa com visão realista/objetivista que considera a pesquisa baseada na observação de dados experimentais com explicação estatística-científica. E, a qualitativa com visão idealista/subjetivista sustenta que a pesquisa é baseada na observação do objeto de estudo.

No presente trabalho a abordagem da pesquisa foi de forma qualitativa, em que para Augusto et al. (2013) esta forma de pesquisa apresenta cunho exploratório, descritivo e holístico, utilizando recursos fortuitos para fixar a amostra, de acordo com a temática a ser pesquisada. Entre os processos de ensino-aprendizagem da Educação Ambiental, previsto na Lei nº. 9.795 (BRASIL, 1999) o segundo parágrafo da mesma dispõe que:

Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Merck (2008) conceitua e classifica a Educação Ambiental formal de informal (não-formal) em relação as metodologias aplicadas nas atividades de práticas ambientais sendo:

- **Educação Ambiental formal** é a realizada no âmbito da escola, visa à mudança de comportamento individual e à capacitação cognitiva além do desenvolvimento de habilidades e de competências. As atividades e práticas ambientais seguem uma sequência pré-determinada em função do desenvolvimento cognitivo dos alunos e da grade curricular da escola (p. 29).

- **Educação Ambiental informal (não-formal)** é realizada no âmbito das comunidades em geral, a comunidade escolar inclusive, e tem como objetivo o desenvolvimento de atividades e práticas educativas ao longo de toda a vida do indivíduo. As atividades e práticas ambientais não seguem uma sequência pré-determinada e constituem um processo permanente, na maioria das vezes, não organizado e inconstante, objetivando levar informação aos indivíduos para que estes atuem como formadores de opiniões na sua comunidade (p. 29).

A autora, também, cita entre as metodologias de práticas ambientais a Oficina, do latim *officina* é o local onde se exerce um ofício, um trabalho. Ou seja, uma atividade de desenvolvimento de habilidades e competências por meio de uma ação prática. Inicialmente, tem-se um momento teórico de contextualização do tema a ser abordado e, na sequência uma

atividade prática que pode ser de investigação, produção e/ou aprendizagem através do uso do pensamento e/ou do trabalho manual.

A Oficina como instrumento metodológico de Educação Ambiental, passa a discutir as percepções do ambiente em todas as suas esferas, fazendo com que haja uma gama de espaços de aprendizado que buscam o diálogo entre os participantes, como troca mútua de experiências e vivências (MARTINS; FREITAS; FELDKERCHER, 2009). Regina et al. (2006) explicam que o sucesso da Oficina também depende de alguns aspectos que devem ser observados nos participantes, como:

- a execução das tarefas propostas, a organização dos grupos, a disponibilidade de materiais de apoio conforme necessário, a disponibilidade de técnicas de trabalho grupal e individual de acordo com cada situação problema e o acompanhamento – avaliação - da evolução dos participantes para que a melhor solução possa ser adotada.

Em um trabalho, seja ele de ensino, pesquisa ou extensão, a coleta de dados busca formalizar o que trabalhado (abordado) sobre a temática ambiental, assim, a Oficina como instrumento metodológico de Educação Ambiental, possibilita a coleta de dados de maneira informal por meio de questionário de múltiplas escolhas. Gil (2005) diz que esta ferramenta de coletas de dados atua de maneira investigativa possibilitando atingir grande número de pessoas, implica em menores gastos de materiais e pessoal (treinamento) e, sobretudo, permite respostas rápidas e objetivas. Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) apontam o questionário como um método de pesquisa como poderoso instrumento de coleta de dados (informações), garantindo o anonimato, a padronização e uniformidade dos dados.

Outra forma qualitativa de pesquisa é a visita técnica, Dencker (2002) atribui essa metodologia como instrumento complementar educacional de grande relevância para aprimorar a compreensão “*in loco*” dos termos técnicos e conceitos observados na prática. A visita busca instigar um olhar diferenciado ao local visitado, incentivando-o ao exercício ético e responsável do que está sendo vivenciado, naquele momento. Para Monezi e Almeida Filho (2005) a realização de visita técnica favorece a sistematização e a vivência das ações relacionadas a prática pedagógica, como da investigação científica, em especial quando atreladas as atividades de Educação Ambiental.

REFERENCIAS

ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 201p.

ALENCAR, L. D.; CARDOSO, J. C. Paisagismo funcional: o uso de projetos que integram mais que ornamentação. **Revista Ciência, Tecnologia e Ambiente**, São Carlos, v.1, n.1, p.1-7, 2015.

ALVES, S. F. S. N. C.; PAIVA, P. D. O. História e evolução dos jardins. In: PAIVA, P. D. O. **Paisagismo – conceitos e aplicações**. Lavras: UFLA, 2008. p.12-65.

ANGELIS, B. L. D. **Material didático de Floricultura e Paisagismo**, Departamento de Agronomia da Universidade de Viçosa. Viçosa. 2007.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.51, n.4, p. 745-764, 2013.

BACKES, M. A. T. **Paisagismo para celebrar a vida – jardins como cura da paisagem e das pessoas**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012. 163p.

BACKES, M. A. T. **Paisagismo regenerativo (palestra)**. 2018. In: Criando paisagem. 4ª ed. Nova Petrópolis, RS. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.criandopaisagens.com.br/>>

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Bela Vista Macaé, v.1, n.4, p.1-11, 2008.

BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 80p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em: 20 abr. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei n. 9.795 (27/04/1999) - **Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Acesso em: 20 abr. 2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/legislacao/20_legislacao18032009111654.pdf>

CABANEL, J. **Aménager le paysage**. Paris: Publibook, 2000. 199p

CAVALCANTI, M. L. F.; DANTAS, I. C.; LIRA, R. S.; OLIVEIRA, J. M. C.; ALBUQUERQUE, H. N.; ALBUQUERQUE, I. C. S. Identificação dos vegetais tóxicos da cidade de Campina Grande – PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Aracaju, v.3, n.1, 2003.

CERETTA, C. C.; MELLO, C. I.; SANTOS, N. R. Z. O patrimônio cultural imaterial e desenvolvimento rural: implicações para a prática extensionista. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v.8, n. 1, p.1-14, 2016.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v.7, n.7, p. 251-266, 2011.

CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE. **Florence, Italie, Conseil de l'Europe**, 20 oct. 2000, 20p. Acesso em: 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/landscape/home>>

CORRÊA, M. C.; ASHLEY, P. A. A. Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Reflexões para ensino de graduação. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.35, n.1, p.92-111, 2018.

DENKER, A. F. M. **Métodos e Técnicas em turismo**. 6. ed. São Paulo. Futura, 2002. 286p.

FARIA, R. T.; ASSIS, A. M.; COLOMBO, R. C. **Paisagismo: Harmonia, Ciência e Arte**. Londrina: Mecenaz, 2018. 141p.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.668-681, 2017.

FERRAZ, C. B.O.; NUNES, F. G. **Imagens, Geografias e Educação: intenções, dispersões e articulações**. Dourados: Ed. UFGD, 2013. 314 p.

FREITAS, A. K. M. Psicodinâmica das cores em comunicação. **NUCOM**, Limeira, v.4, n.12, p. 1-18, 2007.

FREITAS, L. V. M. A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político no contexto da década de 1980. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. USP. São Paulo. 2011 **Anais eletrônicos...** Disponível em:< http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775>. Acesso em 03 out. 2018.

GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n.35, v.esp., p.92-206, 2016.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 324p.

GIBBS, J. **Design de Interiores guia útil para estudantes e profissionais**. São Paulo: GG, 2014. 224p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Ambiental** PHILIPPI JÚNIOR, A.; PELIONI, M. C. F. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. p.577-598.

GRÜN, M. Descartes, historicidade e educação ambiental. In: CARVALHO, I.C.; GRÜN, M. TRAJBER, R. **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006. p.61-77.

INEA (Instituto Estadual do Ambiente). **Educação Ambiental: Conceitos e práticas na gestão ambiental pública**. Rio de Janeiro: INEA, 2014. 52p.

LEITE, M. Â. F. P. **Destrução ou desconstrução: questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo: Hucitec, 1994. 179p.

LIBÂNEO, J. C. O campo teórico-investigativo da pedagogia, a pós-graduação em educação e a pesquisa pedagógica. **Revista Educativa (UCG)**, Goiânia, v.11, n.1, p.1-15, 2008.

LIMA, P. V. A. O Holismo em Jan Smuts e a Gestalt-terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.14, n.1, p.3-8, 2008.

LIMA, V. Do mapa ao modelo: representação da qualidade ambiental urbana de Osvaldo Cruz/SP. **Geografia em Questão**, Cascavel, v.4, n.1, p.112-125, 2011.

LINDSEY, T. C. Sustainable principles: common values for achieving sustainability. **Journal Cleaner Production**, New York, v.19, n.5, p.561-65, 2011.

LIRA FILHO, J. A.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. (2001). **Paisagismo – princípios básicos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 163p.

LOMBARDI, S. P.; STADUTO, J. A. R.; WADI, Y. M. Reflexão sobre a participação das mulheres num movimento social: o caso da Crabi – PR. In: 50º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P471.pdf>> Acesso em: 04 out. 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012, 168p.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. Brazilian Urban Parks. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINI, J. Blog Fazendo arte com a Ju Martini: **Teoria das cores**. 2011. Disponível em: <<http://fazendoartecomajumartini.blogspot.com/2011/03/cores-e-pintura.html>>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

MARTINS, F.N.; FREITAS, D. S.; FELDKERCHER, N. Oficinas pedagógicas: instrumento de valorização da diversidade no ambiente escolar. 2009. In: **Anais eletrônicos ... IX Congresso Nacional de Educação –EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR. Curitiba, 2009. Disponível em <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/>>. Acesso em 18 de out. de 2019.

MARX, R. B; TABACOW, J. **Arte & Paisagem**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004. 221p.

MATIDA, A. Por uma agenda global pós-Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1939-1945, 2016. MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RAEGA**, Curitiba, v. 1, n. 8, p. 83-91, 2004.

MAXIMIANO, L.A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RAEGA**, v.1, n.8, p.83-91, 2004.

MENEGAES, J. F.; BACKES, F. A. A. L.; ROCHA, K. M.; BALZAN, K. M. Práticas de paisagismo em espaços de convivência social em comunidades rurais e em centro de educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v.15, n.1, p.381-392, 2016.

MENEGAES, J. F.; MAGANO, D. A.; COSTA, E. C.; TREVISAN, P. V.; BARBIERI, M. Valoração ambiental sobre a perspectiva dos princípios da prevenção e da precaução. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v.36, n. especial, p.675-682. 2014.

MERCK, A. M. T. **Metodologias Interdisciplinares em Educação Ambiental**. Santa Maria: UFSM (e-book). 2008. 53p.

MONEZI, C. A.; ALMEIDA FILHO, C. C. A Visita técnica como recurso metodológico aplicado ao curso de engenharia. In: **Anais eletrônicos** de COBENGE, 2005. XXXII Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, Campina Grande, 2005. Acesso em: 22 nov. 2019. Disponível em: ><http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/14/artigos/SP-5-04209359831-1118661953275.pdf>>

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p-29-31, 2004.

MOTTA, F. **Roberto Burle-Marx e a nova visão da paisagem**. São Paulo: Nobel, 1983. 255p.

NIEMEYER, C. A. C. **Paisagismo no planejamento arquitetônico**. Uberlândia: EDUFU, 2005. 171p.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova York: ONU, 2015. 76p.

ORTIGOZA, SAG. **Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232p.

PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. **Florestas urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. v.2, 180p.

PETRY, C. **Paisagens e paisagismo: do apreciar ao fazer e usufruir**. Passo Fundo: UPF, 2014. 125p.

PINTO, E. P. P.; AMOROZO, M. C. M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica – Itacaré, BA, Brasil. **Acta Botânica Brasileira**, Alta Floresta, v.20, n.4, p.751-762, 2006.

RAYS, O. A. **O conceito de aula: um dos saberes necessários à práxis pedagógica**. In: RAYS, O.A. (Org.). Educação: ensaios reflexivos. Santa Maria: Pallotti, 202, p. 84-104.

REGINA, V. B.; KOVALSKI, M. L. BRITO, C. G.; HIDALGO, M. R.; OBAR, A. T. concepções e práticas sobre oficina pedagógica de licenciandos em ciências biológicas. **Experiências em Ensino de Ciências**, Dourados, v.11, n.2, p.106-112, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1997. 200p.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; LUCILA M.S. CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.27, n.1, p.1-22, 2014.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.17-44.

SOARES JÚNIOR, D. A.; OLIVEIRA, H. S.; PEDROSA, K. M. M.; SILVA, J. G. F. Paisagismo como alternativa na educação socioambiental. IX JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPX2009. In: **Anais eletrônicos ... 2009**. Recife.

SOUZA, M. C. S. A.; GHILARDI, H. T. Recursos hídricos, agropecuária e sustentabilidade: desafios para uma visão ecológica do planeta. **Revista Jurídica** Curitiba, v.2, n. 47, p.78-98, 2017.

SOUZA, R. A. M. **Educação ambiental e cidadania**. In: HAMMES, V.S.; RACHWAL, M.F.G. Educação ambiental – para o desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e a escola. Brasília: Embrapa, v.7, p.43-53, 2012.

TUAN, Y. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. O papel das praças públicas: estudo de caso da Praça Raposo Tavares na Cidade de Maringá. In: IV ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Anais eletrônicos...** Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar. Campo Mourão: FECILCAM/NUPEM, 2009. Disponível em:< http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/ficha_catalografica.html>. Acesso em 03 jul. 2019.

3 CAPÍTULO I

PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

A ornamentação de espaços de convivência social proporciona a seus usuários vários benefícios em comunidade, especialmente, o embelezamento destes espaços, tornando-os mais prazerosos e úteis. Assim, o presente trabalho teve como objetivo desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental, por meio de práticas de paisagismo e ajardinamento de espaços de convívio social de comunidades rurais, valorizando a cultura e a preservação da vegetação destes ambientes mediado por oficinas temáticas intitulada Oficina de Paisagismo e Jardinagem. O desenvolvimento das oficinas ocorreu em conjunto com a Prefeitura Municipal e a EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS, em dois momentos: manhã e tarde. O período da manhã foi destinado à parte teórica e, a tarde à parte prática. Observou-se boa receptividade sobre a temática abordada durante a oficina, tanto na parte teórica com exposição técnica e debate sobre a importância do meio ambiente e os espaços de convívio, como na parte prática com ótima participação na elaboração e implantação do ajardinamento dos espaços escolhidos. Verificou-se que a interdisciplinaridade característica da Educação Ambiental possibilita por diversos instrumentos, em nosso trabalho as práticas de paisagismo e jardinagem, o despertar da conscientização dos participantes sobre a importância do meio ambiente, independentemente do tamanho e da abrangência dos espaços de convívio social para uma boa qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Interdisciplinar. Oficina de Paisagismo. Qualidade de Vida.

3.1 INTRODUÇÃO

A paisagem dentro de um contexto moderno passa a ser avaliada como uma interação de fatores envolvendo os valores ecológicos, funcionais, sustentáveis e socioambientais com a qualidade de vida. O ajardinamento de diferentes espaços de ocupação é uma percepção de melhoria no ambiente e na paisagem, influenciando o comportamento individual ou em grupo, especialmente no seu convívio social (PETRY, 2014; ALENCAR; CARDOSO, 2015). Em ambientes “embelezados” e reordenados permite ao contemplador (observador) um resgate dos valores culturais e ideológicos, especialmente, em ambientes ajardinados inserindo a natureza no seu cotidiano (ABBUD, 2006).

O conhecimento da multifuncionalidade das plantas, possibilita e estimula a comunidade na preservação dos espaços sociais e de áreas verdes de interesse e de convívio. Assim, realizar a identificação de representações iconográficas de paisagens e das espécies vegetais aptas para a ornamentação é de suma importância. Ressalta-se que, o conhecimento popular é influenciado pelo repertório cultural de cada comunidade, as quais desenvolveram à sua maneira diferentes formas de explorar as heterogeneidades dos ambientes adaptando-se sua sobrevivência e escolhendo as plantas que mais as apreciam, quer seja de caráter estético (ornamental) ou alimentar (LOPES; LINK, 2011; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018). A menção do trabalho do paisagista-arquiteto brasileiro de maior renome mundial, Roberto Burle Marx, que insistia e investia em seus projetos paisagísticos a criação de medidas necessárias para que a população pudesse valorizar e reconhecer a flora, principalmente, a local (ALVES; PAIVA, 2008).

A ornamentação de espaços de convivências é datada desde as primeiras civilizações, inicialmente, o uso de plantas fora organizado na forma de horto ou jardins utilitários (plantas comestíveis, condimentares, medicinal, pomares, floríferas) fazendo menção ao “paraíso na Terra” (ALVES; PAIVA, 2008; FARIA; ASSIS; COLOMBO, 2018). Igualmente, o paisagismo como ciência e arte objetiva promover o conforto e convívio social, resultante da interação das plantas-pessoas-espaços em áreas verdes funcionais. Para isso, Menegaes et al. (2016) apontam a necessidade de se realizar estudos técnicos e científicos específicos relacionados ao paisagismo para proporcionar essas benesses.

O paisagismo não está limitado apenas a organização estética da paisagem, mas, também, às práticas de conservação e preservação da mesma, permitindo a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas nas áreas de sua implementação, além de desenvolver princípios básicos voltados a Educação Ambiental. A sensibilização da consciência humana ocorre

diante de um ambiente agradável aos olhos, resgatando memórias através de significados e novas imagens (ABBUD, 2006; BACKES, 2012).

Neste contexto, a Educação Ambiental que tem por finalidade sensibilizar e desenvolver indivíduos com visão interdisciplinar, passa a atuar de forma sustentável, participativa e coletiva na sociedade, respeitando suas interações e suas diferenças (SAUVÉ, 2005a; CAMPHORA; MAYA, 2006). A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, lançou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível mundial, com a intenção de consolidar a dignidade humana, a igualdade e a equidade para uma vida com qualidade, a partir de um desenvolvimento sustentável, socioeconômico e ambiental (ONU, 2015; GARCIA; GARCIA, 2016). Assim, toda e qualquer ação que beneficie o próximo e reduza o seu impacto ambiental, pode ser atribuída como parte destes objetivos, sobretudo, quando atrelado a uma visão holística sobre o ambiente e tudo o que o cerca (SAUVÉ, 2005a; ONU, 2015).

Deste modo, o presente trabalho teve como objetivos desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental por meio de práticas de paisagismo e ajardinamento de espaços de convívio social em comunidades rurais. Valorizando a cultura e a preservação da vegetação destes espaços revitalizados, através de oficinas temáticas intitulada Oficina de Paisagismo e Jardinagem.

3.2 MATERIAL E MÉTODOS

As Oficinas de Paisagismo e Jardinagem foram realizadas entre setembro e outubro de 2019, no Município de Faxinal do Soturno, RS, por meio do projeto de pesquisa intitulado “Educação Ambiental por meio de práticas de ajardinamento em espaços de convivência social em comunidades rurais” (Registro GAP UFSM 052675).

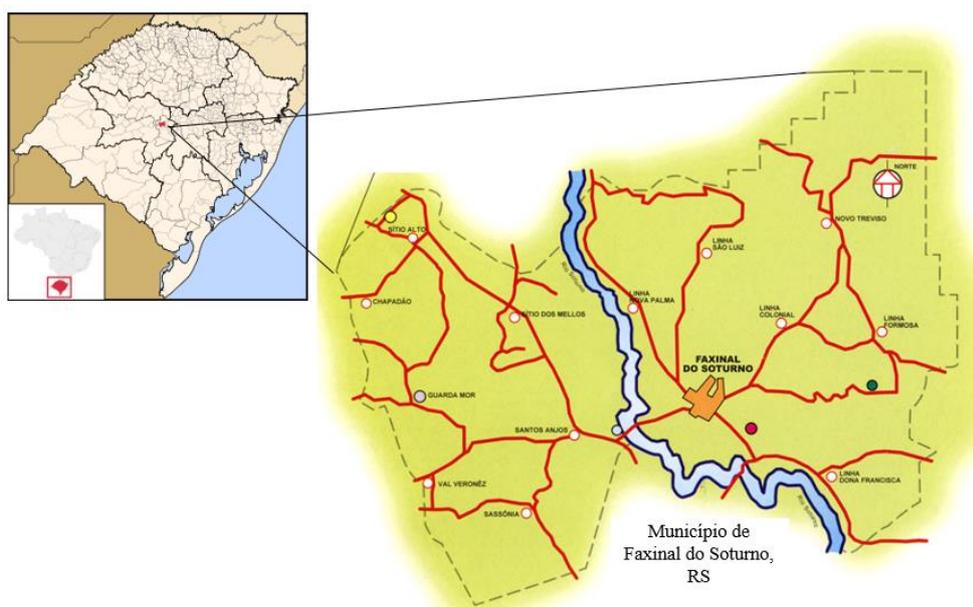
O município de Faxinal do Soturno, RS, possui aproximadamente 6.700 habitantes, com área próxima 170 km² contendo a sede mais 16 comunidades, localizado na Depressão Central está distante 45 km do Município de Santa Maria e 220 km da Capital Porto Alegre (Figura 3.1). Apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH³; 2019) de 0,720 e Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE⁴; 2016) de 0,730. O município tem sua

³ IDH do Brasil foi de 0,759 e do Rio Grande do Sul (RS) foi de 0,746 (IBGE *Cidades@*, 2019; SEBRAE PERFIL CIDADES GAÚCHAS, 2019).

⁴ O IDESE avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento. O RS atingiu a marca de 0,751 em 2016 (SEBRAE PERFIL CIDADES GAÚCHAS, 2019).

economia baseada no Setor Agrícola, em 2017, as cinco principais culturas produzidas, em hectares, foram: arroz (48,7%), soja (31,6%), fumo (8,5%), milho (6,5%) e mandioca (1,7%) (IBGE *Cidades@*, 2019; SEBRAE PERFIL CIDADES GAÚCHAS, 2019).

Figura 3.1 – Localização do município de Faxinal do Soturno, RS.



Fonte: Adaptado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Faxinal do Soturno](https://pt.wikipedia.org/wiki/Faxinal_do_Soturno).

O desenvolvimento das Oficinas de Paisagismo e Jardinagem ocorreu em conjunto com os projetos do Grupo Jardim na Escola, desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Grupo Jardim na Escola é composto por professores, alunos e técnicos administrativos da UFSM, que desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão com a temática de Educação Socioambiental, abordando temas relacionados às técnicas de paisagismo e jardinagem. Neste trabalho, as oficinas ocorreram em parceria com a Prefeitura Municipal e a EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS.

Nossos parceiros ficaram responsáveis pela cedência do espaço físico para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas, pelo deslocamento e alimentação, divulgação e agendamento das oficinas, além do material de uso no paisagismo (plantas, substratos e ferramentas de jardinagem). Os técnicos da EMATER/RS-ASCAR ficaram responsáveis por solicitar, previamente, aos participantes que levassem plantas ornamentais de sua preferência e/ou que tivessem disponíveis em suas residências, em que essas plantas foram utilizadas para a elaboração e implantação do espaço ajardinado (Tabela 3.1). A doação das plantas foi uma ideia de envolver os participantes no ajardinamento das áreas de estudo,

visando o uso e reaproveitamento de material disponível, neste caso, as plantas cultivadas pelos próprios. Assim, buscando o menor impacto ambiental em nossas atitudes e práticas.

Ocorreram duas oficinas, sendo cada uma com a duração de um dia, realizadas nos dias 10/09/2019 e 01/10/2019, com a dinâmica teórico-prática. Primeiramente, no período da manhã, houve a reunião do grupo no auditório da prefeitura municipal com as boas-vindas aos participantes pelo Secretário de Agricultura Municipal Sr. Paulo Ricardo Marzari e pelos Técnicos da EMATER o Eng. Agrônomo Leonardo Basso Brondani e a Pedagoga Bruna Mezzomo Neubauer. Na sequência houve a exposição teórica em material audiovisual pela autora, sendo supervisionado pela Professora Dra. Fernanda Alice Antonello Londero Backes, em que foi contemplando assuntos referentes às técnicas de paisagismo, reconhecimento de plantas de interesse ornamental, usos das espécies no paisagismo, quais as finalidades de cada planta no jardim, o uso de vasos, entre outros, com uma abordagem sobre a ótica da Educação Ambiental.

Tabela 3.1– Plantas utilizadas em cada oficina realizada.

Nome comum	Nome científico	Tipo de vegetação	Porte (m)	Característica ornamental	Origem
Oficina 1					
Agave	<i>Agave attenuata</i> Salm-Dyck	Arbustiva	1,0 – 1,5	Folhagem	Exótica
Amor-perfeito	<i>Viola X wittrockiana</i> Gams	Forração	0,2 – 0,3	Flores	Exótica
Bulbine-amarela	<i>Bulbine frutescens</i> (L.) Willd.	Forração	0,2 – 0,3	Flores	Exótica
Cordiline	<i>Cordyline frutiosa</i> (L.) A. Chev.	Arbustiva	1,0 – 2,5	Folhagem	Exótica
Gramma-preta	<i>Ophiopogon japonicus</i> (L. f.) Ker Gawl	Forração	0,2 – 0,3	Folhagem	Exótica
Moreia	<i>Dietes bicolor</i> Sweet ex Klatt	Forração	0,5 – 0,7	Folhagem	Exótica
Palmeira fênix anã	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	Palmeira	2,0 – 3,0	Folhagem e estipe	Exótica
Palmeira-rafis	<i>Rhapis excelsa</i> (Thunb.) A. Henry	Palmeira	2,0 – 4,0	Folhagem e estipe	Exótica
Pau-d'água-verde	<i>Dracena fragrans</i> (L.) Ker Gawl	Arbustiva	3,0 – 6,0	Folhagem	Exótica
Oficina 2					
Agave	<i>Agave attenuata</i> Salm-Dyck	Arbustiva	1,0 – 1,5	Folhagem	Exótica
Calateia	<i>Calathea argyrea</i> Körn.	Forração	0,3 – 0,5	Folhagem	Nativa
Croton	<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) Rumph. Ex. A. Juss.	Arbustiva	2,0 – 3,0	Folhagem	Exótica
Gazânia	<i>Gazania rigens</i> (L.) Gaertn.	Forração	0,2 – 0,3	Flores e folhagem	Exótica
Gerânio	<i>Pelargonium X hortorum</i> L. H. Bailey	Forração	0,3 – 0,6	Flores e folhagem	Exótica
Ligustro	<i>Ligustrum sinense</i> Lour.	Arbórea	3,0 – 4,0	Folhagem	Exótica
Mini-espadinha	<i>Sansevieria trifasciata</i> Prain 'Hahni'	Forração	0,1 – 0,3	Folhagem	Exótica
Orquídea	<i>Dendrobium nobile</i> Lindl.	Forração	0,3 – 0,5	Flores e folhagem	Exótica
Periquito	<i>Alternanthera sessilis</i> (L.) R. Br.	Forração	0,2 – 0,3	Folhagem	Nativa
Tagetes	<i>Tagetes erecta</i> L.	Forração	0,2 – 0,6	Flores e folhagem	Exótica

Fonte: Lorenzi (2013).

Ao final da primeira parte da oficina, realizou-se um questionário (Quadro 3.1), como instrumento de coleta de dados, visando obter maiores informações a respeito dos participantes de acordo com Menegaes et al. (2016). Os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e a lista de presença para a divulgação dos dados coletados (modelo Apêndices 3.A e 3.B).

Quadro 3.1 – Questionário aplicado nas Oficinas de Paisagismo e Jardinagem

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
QUESTIONÁRIO		
- Idade: _____ anos	Sexo () F () M	Escolaridade: _____
- Você é produtor(a) rural () sim () não		
- Quanto tempo você mora no campo: _____ anos		
- Quantas pessoas moram na sua casa () cônjuge / marido () filhos () netos () outros		
- Faz parte de algum grupo na comunidade em que reside () sim () não		
- Qual é a sua frequência na comunidade () semanal () mensal () só em eventos		
- Você tem jardim em casa () sim () não e, qual a frequência de trabalho: _____		
- Você tem horta em casa () sim () não e, qual a frequência de trabalho: _____		
- Como você adquiri suas plantas ornamentais () troca () ganha () compra () todas as opções		
- A presença da vegetação (árvores, arbustos, flores de jardim) é importante no seu ambiente de convívio em casa e na comunidade () sim () não		
- Quais os benefícios da vegetação no seu dia a dia? () promoção de sombra () embelezamento () redução dos níveis de ruídos () proteção da avifauna () melhoria da qualidade do ar () outros		
- Como você vê o seu ambiente de convívio em comunidade em relação a presença de árvores, gramado e flores de jardim? () planejado () pouco planejado () mal planejado		
- Você tem cuidados de economia de água		
na sua casa () sim () não		
na comunidade () sim () não		
- Você acha importante preservar solo e água () sim () não		
- Você acha que o solo é renovável () sim () não e, água é renovável () sim () não		
- Você realiza a separação de lixo em casa () sim () não e, na comunidade () sim () não		
- Você acha importante realizar a separação de lixo () sim () não		
- Você pratica ações para a conservação do meio ambiente () sim () não.		
Se, sim quais: _____		
Projeto registrado no GAP/CRR/UFMS número 052675. <i>Grata pela tua colaboração.</i>		

O segundo momento da oficina, pelo período da tarde, iniciou com o deslocamento para os locais de convívio social, escolhido previamente pelos Técnicos da EMATER. Na Oficina 1 o espaço escolhido foi o Ponto de Informações Turísticas e Casa do Artesão Municipal de Faxinal do Soturno, RS e, na Oficina 2 o espaço escolhido foi a Rótula do estacionamento do escritório da EMATER e Secretária de Agricultura Municipal de Faxinal do Soturno, RS.

Na sequência houve o direcionamento da etapa prática, com exploração e o reconhecimento do local para a elaboração e implantação do ajardinamento de cada espaço, elencando e alocando as plantas disponíveis, respeitando a individualidade e pretensão de cada grupo, sempre visando à abordagem dos princípios da Educação Socioambiental. No final do dia, o grupo reuniu-se para a finalização da oficina, com espaço para exposição de suas opiniões relacionadas a dinâmica do dia, bem como, para a confraternização final

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, ao contatar nossos parceiros por intermédio da professora supervisora, observamos um entusiasmo e boa receptividade com a temática abordada nas oficinas pelos técnicos da EMATER, os quais participaram ativamente durante as oficinas, bem como para divulgar o máximo possível. Esse esforço fez com que em duas oficinas tivessem a participação de 25 pessoas na Oficina 1 (Figura 3.2) e, 11 pessoas na Oficina 2 (Figura 3.3), totalizando 36 participantes (Figura 3.4a).

Em ambas as oficinas, observou-se boa aceitação pela temática e metodologia abordada em relação aos participantes. A dinâmica da oficina com divisão da parte teórica durante o período da manhã e parte prática durante o período da tarde, proporcionou um estreitamento de relação entre os participantes e asicineiras (autora e professora supervisora). A participação prática dos integrantes das oficinas, durante a execução dos jardins, foi expressiva e tornou a mesma agradável e acolhedora, permitindo um ganho bilateral, através da troca de experiências entre os envolvidos. A doação das plantas pelos participantes para que os jardins pudessem ser revitalizados enriqueceu sobremaneira o trabalho, pois foram utilizadas espécies cultivadas e adaptadas na região. Ressalta-se ainda, a riqueza na troca de conhecimentos referentes às espécies vegetais (nomes comuns, história e curiosidade sobre as plantas doadas, formas de cultivo), ao manejo (adubação, irrigação, podas, controle de pragas e patógenos) e as diferentes formas de utilização das plantas no jardim.

Figura 3.2 – Espaço de convívio social Ponto de Informações Turísticas e Casa do Artesão Municipal de Faxinal do Soturno, RS. A: reconhecimento do espaço; B: técnicas de propagação; C: implantação das espécies, D: canteiro pronto; E: ajardinamento finalizando; F: participantes, técnicos da Prefeitura Municipal e da EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS.



Fotos: Menegaes, J. F. (2019) e Neubauer, B. M. (2019).

Figura 3.3 – Espaço de convívio social Rótula do estacionamento do Escritório da EMATER e Secretaria de Agricultura Municipal de Faxinal do Soturno, RS. A: reconhecimento do espaço; B: implantação das espécies, C: irrigação da rótula; D: ajardinamento finalizando; E: ajardinamento após um mês da implantação; F: participantes, técnicos da Prefeitura Municipal e da EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS.



Fotos: Brondani, L. B. (2019) e Menegaes, J. F. (2019).

Branco (2003) e Loureiro (2012) relatam a importância da valorização social entre um grupo de pessoas que convivem em um mesmo espaço físico. Isso ocorre porque, cada indivíduo traz consigo experiências anteriores sobre algo que pode ser compartilhado em sociedade, permitindo que a forma de agir e pensar torne-se cada vez mais coletiva e participativa, findando para uma melhoria socioambiental do seu meio.

A participação no decorrer da oficina, sobretudo, na parte teórica possibilitou um entendimento sobre a forma que os participantes compreendem o tema vinculado a Educação Ambiental e as práticas de paisagismo e jardinagem. Entre os diversos objetivos da Educação Ambiental está a promoção do estreitamento de relações, principalmente, quando estes comungam algo incomum. De acordo com Brasil (1999), a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental (nº. 9.795/1999), entre várias pressuposições, destaca-se a coletividade para a construção de valores sociais voltados “a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, é essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

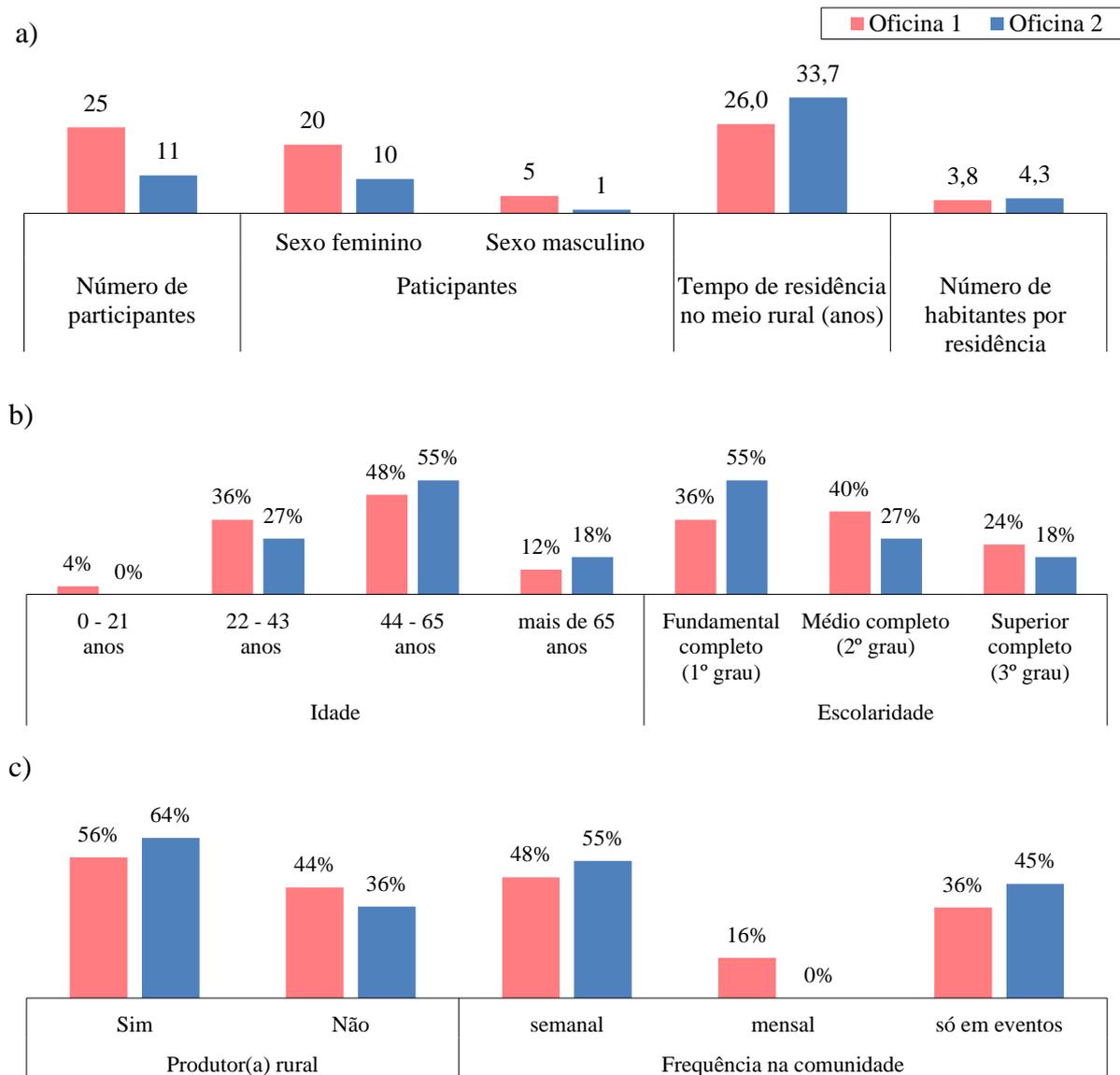
Neste contexto, a Oficina de Paisagismo e Jardinagem realizada com a comunidade foi vinculada a uma prática socioambiental embasada em ciência e desenvolvimento humano. Os autores, Rays (2002) e Libâneo (2008), discutem que o indivíduo deve adquirir valores e atitudes necessários para lidar com as situações-problemas em sociedade, e encontrar soluções sustentáveis, já que ele próprio faz parte desta sociedade de forma integrante e interativa. Para Sauvé (2005b), a Educação Ambiental possibilita um estreitamento de vínculos existentes entre as identidades humana e a natural, quando se tem essa consciência identitária a preservação e a conservação diversidade biológica e a cultural.

De acordo com Loureiro (2012), o desenvolvimento de todo e qualquer movimento, seja social ou ambiental, os indivíduos que se mobilizam atuam em sociedade, agregando seus aspectos ideológicos, culturais e psicológicos. Para Santos, Souza e Moreira (2017), toda forma de educação, especialmente, a ambiental promove aos envolvidos um entendimento de pertencimento aos locais que vivem, bem como a dependência dos recursos naturais para sua sobrevivência, permitindo ao envolvidos uma visão crítica sobre o meio ambiente e seu desperdício.

Em relação ao número de participantes, as oficinas contaram com 36 pessoas, sendo 25 e 11 na Oficinas 1 e 2, respectivamente (Figura 3.4a). Entre os participantes de ambas as oficinas, verificou-se que 30 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com média de 29,3 anos de permanência no ambiente rural contendo em média 4,1 habitantes por propriedade rural. Menegaes et al. (2016) verificaram que a grande maioria dos participantes de oficinas sobre essa temática são mulheres, uma vez que as mesmas são as principais cultivadoras de

flores e plantas ornamentais em suas residências como forma de embelezar seu ambiente de convívio familiar.

Figura 3.4 – Histograma referentes às informações sociais dos participantes das oficinas teórico-prática. a: número de participantes, sexo, tempo de residência e números de habitantes por residência; b: idade e escolaridade; c: produtores rurais e frequência na comunidade.



Oficina 1: com 25 participantes (20 mulheres e 5 homens) realizada no Ponto de Informações Turísticas e Casa do Artesão Municipal de Faxinal do Soturno, RS.

Oficina 2: com 11 participantes (10 mulheres e 1 homem) realizada na Rótula do estacionamento do escritório da EMATER e Secretária de Agricultura Municipal de Faxinal do Soturno, RS.

A Figura 3.4b demonstra que a idade dos participantes é em média de 2%; 32%; 52% e 15% estratificada entre 0-21; 22-43; 44-65 e mais de 65 anos, respectivamente. Já em relação a escolaridade, observou-se que os participantes possuem alto índice de escolaridade,

como médias de 46%; 34% e 21% com ensino fundamental, médio e superior completo, respectivamente. De acordo com os dados do SEBRAE Perfil Cidades Gaúchas (2019), o município de Faxinal do Soturno, RS, possuía até o ano de 2010, taxa de analfabetismo de 4,9% da população, desse 57% com escolaridade sem instrução e fundamental incompleto, 15% com ensino fundamental, 18% com ensino médio e 10% com ensino superior completo.

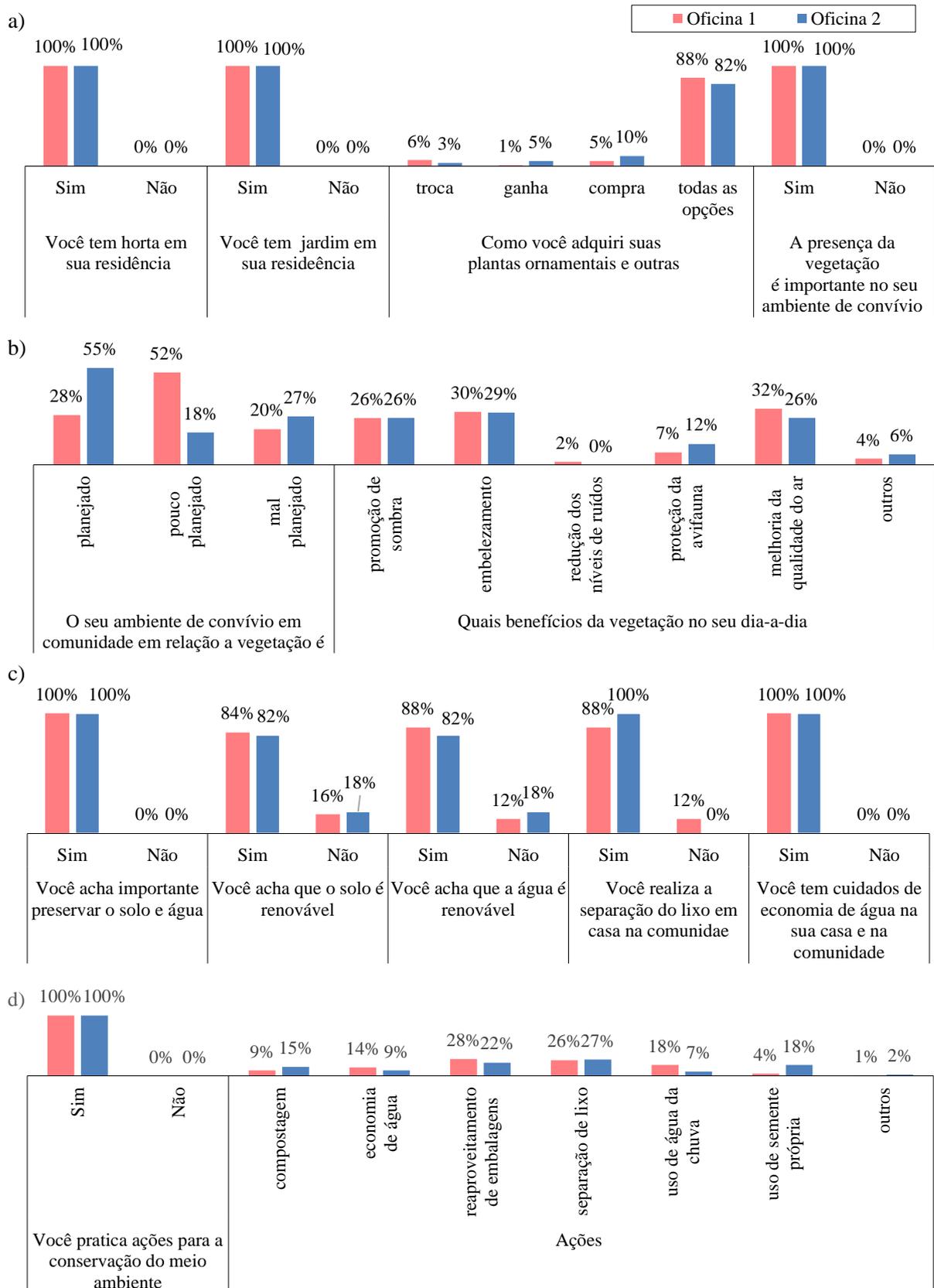
Na Figura 3.4c, observou-se que os participantes 60% se intitulam produtores rurais e os demais 40% dizem apenas ser moradores nas comunidades rurais do município, sem nenhum tipo ou vínculo de produção rural. Observou-se que há uma tendência de moradia em municípios interioranos, atribuído especialmente a baixa população e maior segurança. A fala de uma participante confirma esta observação, em que ela diz *“eu me aposentei como professora há alguns anos, eu e meu marido decidimos vir morar em Faxinal pela segurança e sossego, aqui para mim é um paraíso”*.

Este comportamento em busca de um local mais calmo para se viver tem influenciado a paisagem e a população dos municípios pequenos, devido a formação de comunidades intencionais, como o caso de Faxinal do Soturno, RS. Morais e Donaire (2019) conceituam comunidades intencionais como grupos de pessoas conhecidas ou não, que se unem em prol de um estilo de vida, variando seus valores comuns entre os sociais, espirituais, econômicos, políticos e ambientais. Em geral, essas comunidades intencionais tem sido características de municípios pouco populosos e com muita vegetação próxima as suas residências. O município de Faxinal do Soturno, RS, é caracterizado por uma economia de origem agrícola e com pouca população por área, tornando-se apto às criações de novas comunidades intencionais. Essa tendência tem reflexo no fato de que entre os participantes das oficinas, 40% são moradores e sem vínculo com produção agrícola.

Em relação a frequência de participação na comunidade em média 51%; 8% e 41% dizem frequentar de forma semanal, mensal e só em eventos, respectivamente. Para Morais e Donaire (2019) a frequência em comunidade é mais assídua quando em municípios menos populoso, atribuindo a sensação de pertencimento ao local de convívio social e de preservação ambiental. Os autores, também, citam que a preocupação com a sustentabilidade nestas comunidades é vivenciada com maior veemência.

Na Figura 3.5a, quando perguntado aos participantes sobre a vegetação próximo a seu convívio, todos (100%) responderam possuir horta e jardim na suas residências, bem como a presença de vegetação nos espaços de convívios doméstico ou comunitário tem importância no bem estar.

Figura 3.5 – Histograma referentes a informações ambientais dos participantes das oficinas teórico-prática. a: horta, jardim, aquisição e importância da vegetação; b: benefícios da vegetação; c: cuidados com água, solo, lixo e conservação do meio ambiente; d: cuidados em comunidade e oficinas.



Oficina 1: com 25 participantes (20 mulheres e 5 homens) realizada no Ponto de Informações Turísticas e Casa do Artesão Municipal de Faxinal do Soturno, RS.

Oficina 2: com 11 participantes (10 mulheres e 1 homem) realizada na Rótula do estacionamento do escritório da EMATER e Secretária de Agricultura Municipal de Faxinal do Soturno, RS.

Ressalta-se que mais de 80% dos participantes adquirem suas plantas por meio de compras e/ou trocas, durante a realização das oficinas, observou-se a troca de plantas entre os participantes. Observou-se que, em ambas as oficinas, os participantes elegeram importante a presença da vegetação no seu ambiente de convívio em comunidade, todavia, eles elencaram com como planejado, pouco planejado e mal planejado em média de 41%; 35% e 24%, respectivamente. Schwab et al. (2014) apontam que o planejamento da vegetação, em especial da arborização urbana, favorece melhoria do ambiente para os habitantes e transeuntes, reduzindo os problemas futuros, como a poda e danos provocados pelas raízes.

Os 36 participantes atribuíram que a presença da vegetação pode beneficiar seu dia a dia em relação a promoção de sombra (26%), embelezamento (30%), redução dos níveis de ruídos (1%), proteção da avifauna (9%), melhoria da qualidade do ar (29%) e outros (5%). Verificou-se que os benefícios da vegetação estão relacionados ao bem estar, destacando a comodidade da promoção de sombra, embelezamento e qualidade do ar. Para Lira Filho, Paiva e Gonçalves (2001) o uso de áreas verdes melhora a percepção da paisagem de convívio comum, influenciando o comportamento tanto individual como em grupo. Para Tuan (2012) a percepção ambiental de bem estar é a primeira resposta aos sentidos que vão instigar a conscientização sobre a importância de preservação e conservação do meio ambiente.

Na questão sobre a conservação do meio ambiente e seus elementos fundamentais (Figura 3.5c), observou-se que 100% os participantes consideram importante preservar o solo e água, e que eles têm cuidados mínimos de economia de água tanto em suas residências como em comunidade. Em relação a sustentabilidade do meio ambiente em média 83% dos participantes acreditam que o solo seja renovável. Entre os participantes surge esta fala “*o solo é renovado com o plantio direto*”. Esta resposta é preocupante, pois há uma confusão de renovação do solo com técnicas de manejo de solo. Apesar de Streck et al. (2008) conceituar solo como um recurso natural lentamente renovável. Devido ao grande índice de intemperismo e diferentes formas de uso e exploração, essa renovação torna-se inexpressível ao longo dos anos. Tanto é verdade que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês de Food and Agriculture Organization; 2019) relatou em 2011, que 33% dos solos mundiais estão degradados, assim impossibilitando qualquer tipo de cultivo.

Em relação à renovação da água em média 85% dos participantes acreditam que a água seja renovada naturalmente. Observou-se que os participantes, têm maior conhecimento sobre o uso e manejo de água, que pode ser exemplificado na seguinte fala “*professora a água se renova devido ao seu ciclo natural, porém temos que cuidar e economizar sempre, apesar de ser renovada é um bem da humanidade, quero que meus filhos e netos tenham água tanto como eu*”. Para Ferreira e Cunha (2005) a sustentabilidade ambiental da água é fundamental para a qualidade de vida das gerações futuras, mas devido a degradação ambiental a taxa de renovação deste recurso está cada vez mais debilitada.

Em relação a separação mínima do lixo, em média 94% dos participantes indicam realizar. Em geral, o material orgânico é destinado para compostagem e o seco é destinado à coleta municipal. A Figura 3.5d indica que 100% dos participantes praticam ações para a conservação do meio ambiente, sendo essas referentes a compostagem, a economia de água, ao reaproveitamento de embalagens, a separação de lixo, ao uso de água da chuva, ao uso de semente própria e outros, com média de 12%; 12%; 25%; 27%; 13%; 11% e 2%, respectivamente.

Observou-se que todos os participantes das oficinas têm noções básicas de conservação e preservação ambiental, como, separação de lixo, economia de água, entre outros. Todavia, o despertar da conscientização ambiental, ainda, é de caráter intrínseco e próprio de cada um, em que ações e práticas interdisciplinares de Educação, principalmente, Ambiental, como a Oficina de Paisagismo e Jardinagem vem favorecer esse despertar.

Para Jacobi (2003), é necessário uma articulação das práticas e dos conhecimentos técnicos relacionados à Educação Ambiental, de forma que configure um envolvimento do universo educativo com a sustentabilidade. Já, para Sauvé (2005b), toda e qualquer dinâmica social relacionada à Educação Ambiental visam estreitar a compreensão sobre meio ambiente, produzindo até possíveis soluções criativas de problemas corriqueiros. Deste modo, verificou-se que as ações e práticas de paisagismo e jardinagem se tornam aptas como instrumento da Educação Ambiental para o despertar sobre a conscientização socioambiental, adormecida em muitos dos participantes.

3.4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento das ações relacionadas à Educação Ambiental, por meio de oficinas com a temática de paisagismo e ajardinamento, nos espaços de convívio social em comunidades rurais sensibilizou aos participantes destas oficinas para o sentimento de

pertencimento ao local de convívio com responsabilidade ambiental. Assim, valorizando esses espaços e tornando-os mais prazerosos e úteis a sociedade, de modo, a induzir o despertar da conscientização e da importância do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 201p.
- ALENCAR, L. D.; CARDOSO, J. C. Paisagismo funcional: o uso de projetos que integram mais que ornamentação. **Revista Ciência, Tecnologia e Ambiente**, São Carlos, v.1, n.1, p.1-7, 2015.
- ALVES, S. F. S. N. C.; PAIVA, P. D. O. História e evolução dos jardins. In: PAIVA, P. D. O. **Paisagismo – conceitos e aplicações**. Lavras: UFLA, 2008. p.12-65.
- ANGELIS, B. L. D. **Material didático de Floricultura e Paisagismo**, Departamento de Agronomia da Universidade de Viçosa. Viçosa. 2007.
- BACKES, M. A. T. **Paisagismo para celebrar a vida – jardins como cura da paisagem e das pessoas**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012. 163p.
- BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 80p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei n. 9.795 (27/04/1999) - **Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Acesso em: 20 abr. 2019. Disponível em:
<www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_legislacao/20_legislacao18032009111654.pdf>
- CAMPHORA, A. L.; MAYA, P. H. Valoração ambiental como ferramenta de gestão em unidades de conservação: há convergência de valores para o bioma Mata Atlântica? **Revista Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.2, n.1-2, p.24-38, 2006.
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Diretrizes Voluntárias para a Gestão Sustentável dos Solos**. Roma: FAO, 2019. 28p.
- FARIA, R. T.; ASSIS, A. M.; COLOMBO, R. C. **Paisagismo: Harmonia, Ciência e Arte**. Londrina: Mecenaz, 2018. 141p.
- FERREIRA, A.; CUNHA, C. Sustentabilidade ambiental da água consumida no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Panamericana Salud Publica**, São Paulo, v.18, n.1, p.93-99, 2005.
- GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 35, v.esp., p.192-206, 2016.

IBGE *Cidades@* - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA PARA AS CIDADES BRASILEIRAS. RS – Faxinal do Soturno**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/faxinal-do-soturno/panorama>>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luiz, v.1, n.118, p.189-205, 2003.

LIBÂNEO, J. C. O campo teórico-investigativo da pedagogia, a pós-graduação em educação e a pesquisa pedagógica. **Revista Educativa (UCG)**, Goiânia, v.11, n.1, p.1-15, 2008.

LIRA FILHO, J. A.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. (2001). **Paisagismo – princípios básicos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 163p.

LOPES, J. M. D. C.; LINK, D. Implantação de um horto didático de plantas bioativas no município de Tupanciretã. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v.2, n.2, p.225-250, 2011.

LORENZI, H. **Plantas para jardim no Brasil – herbáceas, arbustivas e trepadeiras**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2013.1120p.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 168p.

MENEGAES, J. F.; BACKES, F. A. A. L.; ROCHA, K. M.; BALZAN, K. M. Práticas de paisagismo em espaços de convivência social em comunidades rurais e em centro de educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v.15, n.1, p.381-392, 2016.

MORAIS, S. F.; DONAIRE, D. Comunidades intencionais: um estudo sobre dimensões da sustentabilidade em ecovilas paulistas. **South American Development Society Journal**, São Paulo, v.5, n.14, p.326-346, 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova York: ONU, 2015. 76p.

PETRY, C. **Paisagens e paisagismo: do apreciar ao fazer e usufruir**. Passo Fundo: UPF, 2014. 125p.

RAYS, O. A. **O conceito de aula: um dos saberes necessários à práxis pedagógica**. In: RAYS, O.A. (Org.). Educação: ensaios reflexivos. Santa Maria: Pallotti, 2002, p. 84-104.

SANTOS, D. B.; SOUZA, C. R.; MOREIRA, L. M. Da educação ambiental à transformação social: reflexões sobre a interdisciplinaridade como estratégia desse processo. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 156-172, 2017.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.317-322, 2005b.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005a. p.17-44.

SCHWAB, N. T.; GIRARDI, L. G.; NEUHAUS, M.; BACKES, F. A. A. L.; BELLÉ, R. A.; MENEGAES, J. F. Diversidade florística do bairro Nossa Senhora das Dores em Santa Maria, RS. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, Campinas, v.20, n.2, p.155-162, 2014.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **SEBRAE Perfil Cidades Gaúchas - Faxinal do Soturno. 2019** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Faxinal_do_Soturno.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

STRECK, E. V.; KAMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLANT, E.; NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; PINTO, L. F. S. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008, 222p.

TUAN, Y. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

APÊNDICE 3.A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>
<p>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</p>	
<p>Eu _____, portador do CPF/RG número _____, AUTORIZO a acadêmica Janine Farias Menegaes do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, a utilizar e divulgar os dados obtidos no questionário para uso exclusivo no seu Projeto de Pesquisa intitulado “Educação ambiental por meio de práticas de ajardinamento em espaços de convivência social em comunidades rurais”, sob a orientação do professor Toshio Nishijima. Projeto registrado no GAP/CRR/UFSM número 052675.</p>	
<p>_____, ____ de _____ de 2019.</p>	
<p>_____ Assinatura</p>	

APÊNDICE 3.B - LISTA DE PRESENÇA PARA PARTICIPAÇÃO DA OFICINA DE PAISAGISMO E JARDINAGEM

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>
---	--

PROJETO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS DE AJARDINAMENTO EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS

Localidade:

Município:

Data:

	NOME
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

...

4 CAPÍTULO II

PERCEPÇÕES PAISAGÍSTICAS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

A Educação Ambiental é múltipla e interdisciplinar, que atribui valores associados à sustentação da vida através dos ecossistemas naturais para fins recreativos, culturais, estéticos, espirituais e simbólicos da sociedade humana. Neste sentido, a valoração da vida reflete na importância em que os seres humanos atribuem aos componentes do ambiente e suas interações, incluindo suas percepções. Assim, o presente trabalho teve como objetivo valorizar os espaços de convívio domésticos em comunidades rurais por meio de percepções paisagísticas atreladas a Educação Ambiental, através de visitas técnicas em conjunto com a EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS. Ocorreram nove visitas técnicas a agricultores que demonstraram interesse em obter uma renda alternativa com uso das técnicas abordadas nas oficinas anteriores. Observou-se que seis agricultores buscavam o embelezamento da propriedade, três queriam promover o turismo rural por meio do ajardinamento de suas propriedades, dois gostariam de tornar-se produtores de plantas ornamentais e um busca promover o comércio de plantas ornamentais. Alguns dos agricultores visitados apresentaram mais de um objetivo, todos atrelados às práticas de paisagismo e jardinagem. Conclui-se que as percepções paisagísticas dos espaços de convívio em comunidades rurais foram valorizadas após a inserção dos conhecimentos relacionados a Educação Ambiental, despertando a conscientização destes agricultores sobre a sustentabilidade do uso dos recursos naturais de suas propriedades de maneira harmônica com o ambiente.

Palavras-chave: Educação Interdisciplinar. Remodelação da paisagem. Qualidade de Vida.

4.1 INTRODUÇÃO

A percepção é algo intrínseco, é pessoal, é singular e ao mesmo tempo global, que envolve o ambiente como um todo. Principalmente, o de convívio, pois o indivíduo está agindo, interagindo e integrando, em um espaço (território, paisagem, local, cenário) e período de tempo (presente e cronológico). Isso se chama vivência em sociedade que é afetada, tanto positiva como negativamente, pelas escolhas relacionadas a religião, política, economia e cultura, sabendo que a sociedade espaço-temporal está em constante transformação de suas paisagens (cenários) de acordo com os interesses desta sociedade, por isso a percepção do ambiente, também, é mutável (ABBUD, 2006; BACKES, 2012; PETRY, 2014).

A Convenção Europeia da Paisagem, estabelecida na carta de Florença em 2000, define paisagem como uma parte do território tal qual é percebida pelas populações, cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações (CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE, 2000). O olhar humano entende a paisagem como um lance de visão, desta forma, realizou seus primeiros registros pela pintura, com técnicas minuciosas de pintores tanto ocidentais como orientais que caracterizavam a paisagem de maneira harmônica, bucólica e natural. Na modernidade as paisagens passaram por (trans)figurações simbólicas, alegóricas e até decorativas, servindo de pano de fundo ao cotidiano que explora a problemática social, econômica, política, religiosa e cultural de uma época (temporal) (SIMMEL, 2009; TUAN, 2012).

A formação do indivíduo deve considerar a sua relação com o meio ambiente no qual está inserido, considerando também o seu contexto histórico, colocando-o como um ser social e implicado nesse processo (CARVALHO, 2004; TUAN, 2012). Neste contexto, a Educação Ambiental surge com o intuito de despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental com uma linguagem de fácil entendimento que contribui para que o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999; SOARES et al., 2007). Ao estabelecer uma relação entre a paisagem e a Educação Ambiental, a conscientização é promovida através do processo participativo. Neste processo, o sujeito atua ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais, buscando soluções e tornando-se um agente transformador, desenvolvendo habilidades e atitudes com conduta ética condizente ao exercício da cidadania (MORAES, 2004; SAUVÉ, 2005a).

O desenvolvimento humano deve ser constante e contínuo, de forma que a interdisciplinaridade o auxilie na sua formação com uma visão global e abrangente do meio em que está inserido. Tanto a sensibilização como a conscientização ambiental ocorram de forma intrínsecas, sendo resultado de uma educação libertadora e, por isso, respeitadora do homem como pessoa (FREIRE; NOGUEIRA, 1993; JACOBI, 2003). Por esta razão, a área educacional nos tem ensinado que a aprendizagem significa mudanças de comportamento, ou seja, significa dizer que o sujeito só aprende quando se percebe modificado. E, as relações sociais do passado e do presente são representadas por uma estrutura social que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (RAYS, 2002; BRANCO, 2003; SAUVÉ, 2005a).

Ambientes “embelezados” e reordenados permitem ao contemplador um resgate dos valores culturais e ideológicos, sobretudo, no meio rural, em que a natureza está inserida no seu cotidiano. Deste modo, a utilização de técnicas e práticas paisagísticas e ajardinamento podem propiciar o uso de espécies vegetais e mobiliárias atrativas ao público usuário melhorando os espaços de convivência social (PETRY, 2014; MENEGAES et al., 2016). Ações educativas, especialmente, sobre percepção ambiental em distintos espaços de convivência, podem cumprir um papel importante sobre as informações e trocas de experiência acerca da Educação Ambiental (MERCK, 2008).

Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo valorizar os espaços de convívio domésticos em comunidades rurais por meio de percepções paisagísticas atreladas a Educação Ambiental, através de visitas técnicas.

4.2 MATERIAL E MÉTODOS

As visitas técnicas foram realizadas durante o mês de novembro de 2019, no Município de Faxinal do Soturno, RS, sendo parte do projeto de pesquisa intitulado “Educação Ambiental por meio de práticas de ajardinamento em espaços de convivência social em comunidades rurais” (Registro GAP UFSM 052675). Ao total realizaram-se nove visitas a agricultores, pré-selecionados pelos Técnicos da EMATER/RS-ASCAR Regional de Faxinal do Soturno, RS. Esses agricultores foram selecionados por ter participado das Oficinas de Paisagismo e Jardinagem, em etapa anterior deste projeto⁵, e que demonstraram

⁵ Oficina de Paisagismo e Jardinagem teve como objetivo desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental por meio de práticas de paisagismo e ajardinamento de espaços de convívio social de comunidades rurais, valorizando a cultura e a preservação da vegetação destes espaços. Sendo um dos instrumento metodológicos do

As visitas técnicas ocorreram em conjunto com os projetos do Grupo Jardim na Escola, desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O Grupo Jardim na Escola é composto por professores, alunos e técnicos administrativos da UFSM, que desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão com a temática de Educação Socioambiental, abordando temas relacionados às técnicas de paisagismo e jardinagem. Neste trabalho, as visitas ocorrem em parceria com o técnico da EMATER/RS-ASCAR Regional Faxinal do Soturno, RS, o Eng. Agrônomo Leonardo Basso Brondani e com o acompanhamento da Professora Dra. Fernanda Alice Antonello Londero Backes.

Durante as visitas realizou-se o registro fotográfico e o esclarecimento de dúvidas referentes às técnicas de paisagismo, reconhecimento de plantas de interesse ornamental, usos e manejo das espécies existentes nas propriedades visitadas, quais as finalidades das plantas analisadas no jardim, o uso de vasos, entre outros, com uma abordagem sobre a ótica da Educação Ambiental.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As visitas aos agricultores ocorreram em nove propriedades rurais de diferentes comunidade de Faxinal do Soturno, RS, a Figura 4.2 demonstra algumas imagens destas visitas. Todos os agricultores participaram das Oficinas de Paisagismo e Jardinagem (etapa anterior ao projeto) e demonstraram interesse de melhorias em suas propriedades ou em obter uma renda alternativa a partir do apresentado durante as oficinas. A Tabela 4.1 apresenta as descrições dos agricultores e os objetivos que levaram as visitas em suas propriedades.

As primeiras percepções dos agricultores visitados, oito destes do sexo feminino, ao chegar nas suas propriedades “todas” falaram a mesma frase “*entrem e fiquem a vontade, só não repara a bagunça*”. Contudo, o oposto a fala das agricultoras foi observado, onde em todas as propriedades incluindo a casa, a horta e o jardim, estavam todos impecáveis quanto a organização e limpeza. Neste caso, verificou-se o hábito das mulheres necessitarem de aprovação dos visitantes e não valorizando seu trabalho doméstico. Isso acontece devido à desvalorização das mulheres que trabalham em casa, fazendo os afazeres domésticos, bem como trabalhando de forma a obter uma renda extra para casa.

As visitas aos agricultores, depois da realização das oficinas, possibilitou uma interatividade entre os visitantes e os visitados, a troca de experiência foi mútua. Nestas visitas, verificou-se *in loco* o conhecimento empírico, que são saberes antigos ou adquiridos

por experiência, sobre os cuidados e preocupações com o meio ambiente favorecendo, assim a conversa.

Figura 4.2 – Visitas realizadas à algumas agricultoras em diferentes comunidades rurais no Município de Faxinal do Soturno, RS. A: Adriana Peripolli da comunidade Sítioo Alto; B: Cleonice Brezolin e esposo da comunidade São João dos Mellos; C: Suzana Meneghetti da comunidade São João dos Mellos; D: Adelaide e Lorena Casarin da comunidade São João dos Mellos; E: Claudete de Souza comunidade Novo Treviso; F: Deroci Correa e Salete Meneghetti da comunidade Santos Anjos.



Fotos: Brondani, L. B. (2019)

Na Tabela 4.1, entre as nove visitas realizadas aos agricultores, seis deles buscavam o embelezamento da propriedade, três gostariam de promover o turismo rural por meio do ajardinamento de suas propriedades, dois tinham a intenção de tornarem produtores de plantas ornamentais e um busca promover o comércio de plantas ornamentais (Figura 4.3). Observou-se que alguns dos agricultores buscavam mais de um objetivo depois de realizada a Oficina de Paisagismo e Jardinagem. Para Santos e Fofonka (2015) e Moraes e Donaire (2019), cada pessoa atribui a importância ao espaço que ocupa, conforme a sua realidade e condição socioeconômica. Em uma comunidade, a percepção sobre o ambiente e a paisagem podem divergir de acordo com seus interesses.

Observou-se que o termo “embelezar” foi recorrente entre as visitas e, também, houve um retorno satisfatório do que os visitados apreenderam com a Oficina de Paisagismo e Jardinagem, aplicando esses conhecimentos nas suas residências (Figuras A, B e C). De acordo com Backes (2012), a compreensão do que é belo está baseada na paisagem natural, onde o indivíduo vive e atua diretamente no ambiente.

Tabela 4.1 – Visitas realizadas aos agricultores em diferentes comunidades rurais no Município de Faxinal do Soturno, RS.

Visitas (Comunidades)	Descrição dos agricultores	Objetivo da visita
Propriedade 1 (Novo Treviso)	Colecionadora de plantas ornamentais, sua propriedade está localizada em uma bifurcação de acesso a estrada Eremita de São Pio. Produtora de fumo e hortaliças, e feirante.	Embelezar este ponto promovendo o turismo rural.
Propriedade 2 (Sítio Alto)	Colecionadora de orquídeas e produtora rural.	Torna-se produtora de orquídeas e expor em feiras da região.
Propriedade 3 (Santos Anjos)	Tem coleção de plantas no estilo “jardim da vovó”. Costureira e junto ao marido produzem brinquedos de madeira e casinhas para passarinhos.	Embelezar sua propriedade como atrativo para venda dos seus produtos.
Propriedade 4 (Santos Anjos)	Produtora rural de grãos.	Embelezar suas propriedades.
Propriedade 5 (Sítio dos Melos)	Costureira e colecionadora de plantas ornamentais, especialmente suculentas.	Embelezar suas propriedades. Torna-se produtora de suculentas e expor em feiras da região.
Propriedade 6 (Sítio dos Melos)	Produtora de hortaliças e de produtos de agroindústria (licor, geleias, salames e outros).	Embelezar sua propriedade para convertê-la em pousada rural e ponto de venda de seus produtos.
Propriedade 7 (Sítio dos Melos)	Produtoras rurais de grãos.	Embelezar suas propriedades.
Propriedade 8 (Val Veronéz)	Produz e comercializa bonsai, plantas ornamentais, pássaros, artesanato e antiguidades.	Promover seu ponto comercial de plantas.
Propriedade 9 (Novo Treviso)	Colecionadora de plantas ornamentais, especialmente suculentas e cactáceas. Produtora de fumo.	Transformar sua propriedade em ponto turístico, pousada e bar.

Nos dicionários de língua portuguesa “embelezar” significa tornar belo, enfeitar, ornar. Sendo assim, sinônimo de ornamentar, deriva de “ornamental” que vem do latim e significa “colocar em ordem”. Neste contexto, embelezar é o mesmo que colocar em ordem, visto que das nove visitas realizadas, oito foram atendidas por mulheres, sendo elas as responsáveis pela casa quanto aos cuidados domésticos e estéticos (manutenção e jardim). Ou seja, a percepção de embelezar a paisagem em seu entorno, possibilita ao próprio indivíduo o poder de ornamentar ou transformar a “sua paisagem” de convívio, seja para o coletivo ou residencial.

Para Ortigoza (2010) e Petry (2014), a percepção dos sujeitos quando inseridos no ambiente (território no tempo), faz com que a paisagem seja compreendida como algo que favoreça a interação entre elementos naturais e sociais. Conforme Silva et al. (2014), na perspectiva do geógrafo Milton Santos (*in memoriam*), a paisagem é complexa e repleta de interações que compõe e (re)organizam um espaço pelas suas junções de formas, funções, estruturas e processos. Já Azevedo e Almeida (2016) dizem que uma visão ambiental mais

consciente, perpassa pelo entendimento individual da natureza, para a vida em coletividade. Sauvé (2005a) diz que as concep es do meio ambiente (total, todo, o ser) de forma integrada ao conjunto de dimensões do próprio ambiente.

Figura 4.3 – Cenários das propriedades rurais visitadas em diferentes comunidades rurais no município de Faxinal do Soturno, RS. A, B e C: embelezamento da propriedade; D, E e F: promo o do turismo rural na propriedade; G, H e I: produ o de mudas ornamentais.



Foto: Menegaes, J. F. (2019).

Entre os três agricultores (Tabela 4.1) pretendentes ao turismo rural em suas propriedades ocorreu a percep o do ajardinamento da paisagem como principal atrativo (Figuras 4.3 D, E e F),   visita o em suas propriedades para contempla o da natureza. Para Klein, Troian e Souza (2011) o turismo rural   caracterizado por um conjunto de atividades realizadas no âmbito da propriedade rural, se favorecendo dos recursos naturais e culturais ali existentes. Em que, a harmonia da paisagem, em especial, sua organiza o paisagística torna-se um atrativo turístico.

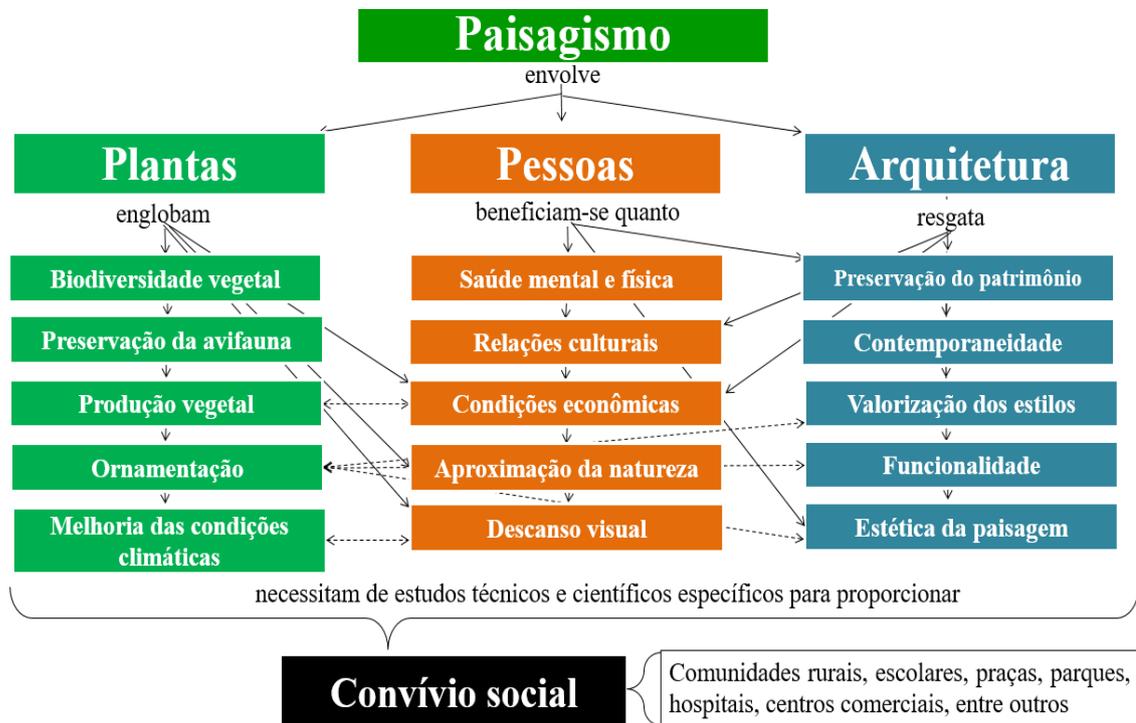
Os autores, Lira Filho, Paiva e Gonçalves (2001) e Faria, Assis e Colombo (2018), classificam o paisagismo como ferramenta multidisciplinar que engloba a ciência e a arte de forma indissociável, resultando em uma paisagem aprazível. Como ciência, o paisagismo envolve todo e qualquer cuidado relativo as plantas de forma ornamentada, enquanto arte, atribui ao ambiente um valor artístico de embelezamento. Assim, a transformação da paisagem para os agricultores visitados, é demandada naqueles locais com ornamentação e embelezamento como oferta de boas-vindas a quem vai usufruí-lo.

Na Tabela 4.1, entre os visitados, duas agricultoras pretendiam produzir plantas ornamentais, especialmente, orquídeas e suculentas, para expor em feiras da região (Figuras 4.3 G, H e I), e apenas, o único produtor de plantas ornamentais e outras tinha como objetivo promover seu ponto de venda. Observou-se que esses três agricultores nas suas diferentes ambições não apresentam conhecimento técnico de cultivo e comercialização, assim foi sugerido a EMATER/RS-ASCAR Regional Faxinal do Soturno, RS, um curso visando prestar melhor auxílio a esses agricultores.

Na Figura 4.4, Menegaes et al. (2016) elencam os benefícios do paisagismo representado por um tripé interativo de plantas-pessoas-arquitetura resultando em um melhoramento dos espaços de convivência social, quer seja pelo embelezamento e valorização da paisagem (cenário local) quer seja pela melhoria das relações humanas da sociedade. Verificou-se que os agricultores prezam por qualidade de vida e bem estar, sobretudo, o doméstico.

Jacobi (2003) aponta que há uma constante preocupação com a sustentabilidade planetária, contudo, ocorre uma alta complexidade nas inter-relações entre os sistemas ecológicos e sociais no âmbito de uma comunidade. Para Sauvé (2005b), a abordagem holística da Educação Ambiental possibilita um maior entendimento sobre essa complexidade, utilizando a paisagem como exemplo. Isso ocorre porque essa constitui-se de uma identidade própria e natural tendo interações e integrações mutuas entre os seres habitantes e os elementos da vida (ar, água, solo, outros). Deste modo, Santos e Fofonka (2015) consideram a percepção ambiental uma ferramenta característica da Educação Ambiental para o entendimento sobre a preservação e conservação do ambiente natural, suscitando a conscientização ambiental.

Figura 4.4 – Benefícios do paisagismo para o convívio social.



Fonte: Adaptado de Menegaes et al. (2016).

4.4 CONCLUSÃO

O conhecimento sobre práticas de paisagismo e jardinagem proporcionam aos visitantes uma valorização dos seus espaços de convívio domésticos em comunidades rurais. Desta forma, a percepção ambiental, do indivíduo consciente do seu papel na comunidade, mediado pela Educação Ambiental possibilita um olhar diferenciado sobre os recursos naturais existentes em sua propriedade, favorecendo seu uso de forma sustentável e harmônica com o ambiente.

REFERÊNCIAS

ABBUD, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 201p.

AZEVEDO, S. L. M.; ALMEIDA, M. S. P. Concepções espaço-temporal em perspectiva filosófico ambiental no ideário ocidental. **SABEH – Ecologias Humanas**, São Paulo, v.4, n.2, p. 59-82, 2016.

BACKES, M. A. T. **Paisagismo para celebrar a vida – jardins como cura da paisagem e das pessoas**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012. 163p.

BRANCO, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 80p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei n. 9.795 (27/04/1999) - **Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Acesso em: 20 abr. 2019. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/legislacao/20_legislacao18032009111654.pdf>

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004. 256p.

CONVENTION EUROPEENNE DU PAYSAGE. **Florence, Italie, Conseil de l'Europe**, 20 oct. 2000, 20p. Acesso em: 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/landscape/home>>

FARIA, R. T.; ASSIS, A. M.; COLOMBO, R. C. **Paisagismo: Harmonia, Ciência e Arte**. Londrina: Mecenas, 2018. 141p.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer? Teoria e prática em educação**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1993. 68p.

IBGE *Cidades@* - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA PARA AS CIDADES BRASILEIRAS. RS – Faxinal do Soturno**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/faxinal-do-soturno/panorama>>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luiz, v.1, n.118, p.189-205, 2003.

KLEIN, A. L.; TROIAN, A.; SOUZA, M. O turismo rural pedagógico e a educação ambiental: as ações pedagógicas desenvolvidas na fazenda Quinta da Estância Grande – Viamão (RS). **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.27, n.1, p.107-121, 2011.

LIRA FILHO, J. A.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. **Paisagismo – princípios básicos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 163p.

MENEGAES, J. F.; BACKES, F. A. A. L.; ROCHA, K. M.; BALZAN, K. M. Práticas de paisagismo em espaços de convivência social em comunidades rurais e em centro de educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, Santa Maria, v.15, n.1, p.381-392, 2016.

MERCK, A. M. T. **Metodologias Interdisciplinares em Educação Ambiental**. Santa Maria: UFSM (e-book). 2008. 53p.

MONEZI, C. A.; ALMEIDA FILHO, C. C. A Visita técnica como recurso metodológico aplicado ao curso de engenharia. In: **Anais eletrônicos** de COBENGE, 2005. XXXII Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, Campina Grande, 2005. Acesso em: 22 nov.

2019. Disponível em: ><http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/14/artigos/SP-5-04209359831-1118661953275.pdf>>

MORAES, M. C. **Pensamento Eco-sistêmico: educação aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004, 342p.

MORAIS, S. F.; DONAIRE, D. Comunidades intencionais: um estudo sobre dimensões da sustentabilidade em ecovilas paulistas. **South American Development Society Journal**, São Paulo, v.5, n.14, p.326-346, 2019.

ORTIGOZA, SAG. **Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 232p.

PETRY, C. **Paisagens e paisagismo: do apreciar ao fazer e usufruir**. Passo Fundo: UPF, 2014. 125p.

RAYS, O. A. **O conceito de aula: um dos saberes necessários à práxis pedagógica**. In: RAYS, O.A. (Org.). Educação: ensaios reflexivos. Santa Maria: Pallotti, 2002, p. 84-104.

SANTOS, D. P.; FOFONKA, L. Percepção ambiental e educação ambiental: o uso de mapas mentais. **Revista Maiêutica**, Indaial, v.3, n.1, p.17-24, 2015.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.317-322, 2005a.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005b. p.17-44.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **SEBRAE Perfil Cidades Gaúchas - Faxinal do Soturno. 2019** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Faxinal_do_Soturno.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

SILVA, E, M.; MARQUES, A.C. O.; BALSAN, R. Paisagem e livro didático: perspectivas filosóficas no ensino de geografia no 6º ano do colégio estadual Marechal Artur da Costa e Silva, Porto Nacional – Tocantins. **Interface**, Botucatu, v.1, n.7, p.25-37, 2014

SIMMEL, G. **A Filosofia da Paisagem**. Covilhã: LusoSofia, 2009. 18p.

SOARES, L. G. C.; SALGUEIRO, A. A.; GAZINEU, M. H. P. Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco – um estudo de caso. **Revista Ciência e Tecnologia**, Campinas, v.1, n.1, p.1-15, 2007.

TUAN, Y. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. 342p.

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O embelezamento de ambientes, tanto em espaços urbanos ou rurais, busca harmonizar esteticamente esses espaços beneficiando seus usuários quer seja pela organização e beleza da vegetação, quer seja pelo estreitamento do homem-natureza e suas relações sociais. Neste contexto, o presente trabalho propôs práticas de paisagismo e jardinagem sensibilizadoras da consciência ambiental em comunidades rurais do município de Faxinal do Soturno, RS, utilizando a oficina temática e as visitas técnicas. O texto do estudo realizado foi apresentado em dois capítulos.

O capítulo I, intitulado *Práticas de ajardinamento em espaços de convivência em comunidades rurais como instrumento de Educação Ambiental*, teve como objetivo desenvolver ações relacionadas à Educação Ambiental por meio de práticas de paisagismo e ajardinamento de espaços de convívio social de comunidades rurais. O trabalho também buscou valorizar a cultura e a preservação da vegetação destes espaços, através de oficinas temáticas intitulada Oficina de Paisagismo e Jardinagem. Neste caso, a metodologia utilizada foi satisfatória como instrumento de abordagem desta temática, que é pertinente, atual e necessária. Os participantes das oficinas apresentaram interesse e ótima participação na proposta de trabalho desde o primeiro instante. Ressalta-se a boa interação e identificação dos participantes com o tema abordado, em que os mesmos solicitaram a continuidade das oficinas com outros assuntos pertinentes ao paisagismo.

O capítulo II, intitulado *Percepções paisagísticas como instrumento de Educação Ambiental*, objetivou valorizar os espaços de convívio domésticos em comunidades rurais por meio de percepções paisagísticas atreladas a Educação Ambiental, através de visitas técnicas. Os agricultores visitados demonstraram diferentes interesses em obter uma renda alternativa com uso das técnicas abordadas nas oficinas anteriores, em destaque o embelezamento da propriedade, promoção do turismo rural por meio do ajardinamento de suas propriedades, e o cultivo e comercialização de plantas ornamentais. Nestas visitas foram valorizados os seus recursos ambientais próprios, que esses devem ser preservados e manejado de maneira harmônica com a natureza. Notou-se que a percepção, assim como a conscientização ocorre de maneira intrínseca e individual, sendo motivada, principalmente, pela condição socioeconômica.

Observou-se que em ambos os capítulos, as metodologias utilizadas foram adequadas para a abordagem dos temas relacionados a Educação Ambiental. Assim, a interdisciplinaridade própria da Educação Ambiental possibilita desde a percepção a

conscientização ambiental, tendo ainda um vasto campo a ser trabalhado em comunidades rurais com as mais diferentes formas e instrumentos metodológicos referentes a esta temática. A sustentabilidade é um tema atual e complexo que deve ser discutido em sociedade, desde um pequeno espaço de convívio para melhoria da qualidade de vida doméstica e social à diferentes formas de utilização dos recursos naturais de maneira harmônica com o ambiente, prevalecendo ideia e ação de preservação e conservação ambiental.